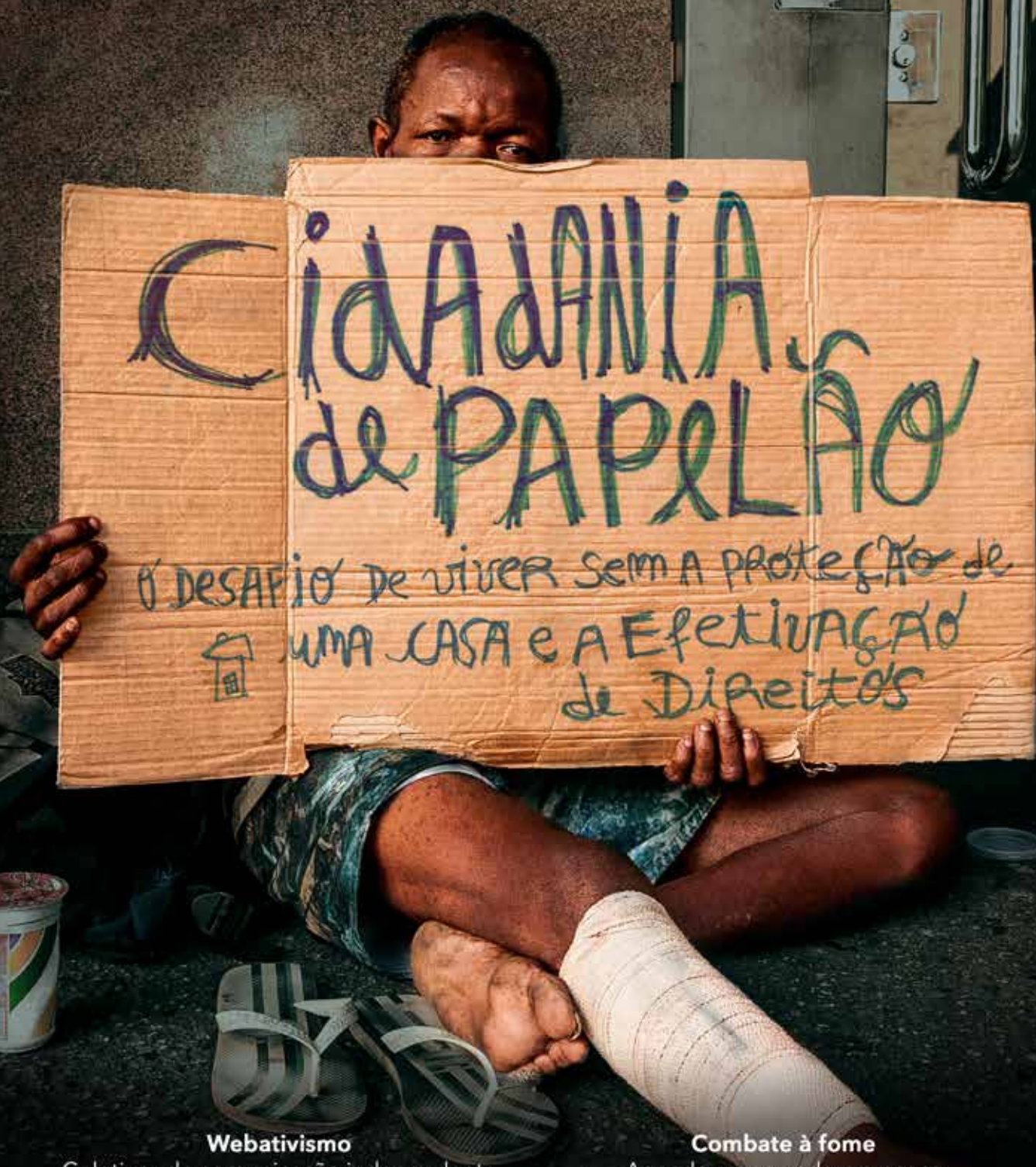


# RADIS

ATENDIMENTO  
DAS 6H ÀS 22H

PRESSIONE O  
BOTÃO PARA  
ENTRAR



## Webativismo

Coletivos de comunicação independente reforçam protagonismo frente à narrativa da grande mídia

## Combate à fome

Agenda conservadora ameaça programas sociais e demais conquistas da Constituição de 1988

# VOZES DO BRASIL

*Rádio indígena online, a Yandê compartilha saberes e desconstrói estereótipos*

Ana Cláudia Peres

O líder indígena Ailton Krenak conversa com o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro. A compositora Marlui Miranda manda um recado aos ouvintes. O correspondente em Mato Grosso do Sul entrevista o líder Adhiel Terena sobre a 7ª Assembleia do Povo Terena, que aconteceu em maio, em Campo Grande. O som melódico do Projeto Kanorô — com Shaeneihu Yawanawa fazendo uma ode à chuva — invade a tarde. Mas em língua nativa também tem forró, pagode, reggae, heavy metal, black music e “música de sofrência”, como faz questão de avisar Anápuáka Tupinambá, um dos idealizadores da Yandê, a primeira rádio indígena online do Brasil.


Com mais de meio milhão de ouvintes e audiência em 40 países, a Yandê aposta em programação diversificada para divulgar a cultura dos povos indígenas em versão contemporânea, muito além do que contam os livros de história. “Tudo o que a gente conhece sobre os povos originários está batido. A mídia tradicional insiste em apresentar os indígenas como se eles ainda vivessem em 1500”, diz Anápuáka. “O que nossa rádio faz é mostrar como vivemos no presente, fora da imagem mítica e romântica, com toda a pluralidade da nossa cultura e de nossas etnias”. Na grade de programação da rádio, cabe tanto o cotidiano das aldeias quanto a luta por direitos nos contextos urbanos, um debate sobre o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 215 — que ameaça a demarcação de terras indígenas — quanto áudios enviados para a redação com denúncias, músicas, entrevistas, cobertura de eventos.

Para se manter online 24 horas, a Yandê conta com um grupo de 70 colaboradores conectados via WhatsApp, espalhados pelas comunidades indígenas do território nacional, e dois correspondentes — Daiara Tukano, de Brasília, e Vavá Terena, de Mato Grosso do Sul — que sugerem pautas e produzem conteúdo para alimentar a rádio. “O jornalismo segue um formato mais livre. Não há um noticiário fixo e as notícias, em vez de virem bloqueadas, vão entrando no ar à medida que chegam na redação”, explica Anápuáka, acrescentando que alguns conteúdos são reexibidos em horários alternativos. “A gente consegue ter acesso ao melhor do conteúdo da cultura indígena, que é produzido in

loco e enviado das aldeias diretamente para nossa plataforma”, comemora.

## “DE TODOS NÓS”

Yandê significa “nós”, em tupi. O nome foi escolhido para batizar a rádio porque, segundo Anápuáka, o objetivo é conversar tanto com indígenas quanto com os não-indígenas. Virou “Yandê — a rádio de todos nós”. Ele diz que, ao praticar uma linguagem midiática diferenciada, respeitando a diversidade étnica dos povos indígenas, a rádio cumpre o papel de compartilhar saberes e conhecimentos desconstruindo certos estereótipos e imagens distorcidas. “Tanto pra nós, realizadores e criadores, quanto para os ouvintes, a Yandê tem dado a oportunidade de refletir sobre uma mudança de paradigmas”, complementa. “A cultura indígena está em constante mutação, reinventando-se o tempo inteiro. O indígena não é mais apenas aquele ser do passado que caçava e pescava na floresta. Ele pode estar ao seu lado no ônibus, dividindo uma sala de aula ou dando aulas”.

A ideia da rádio como um instrumento de comunicação valioso para os povos indígenas vem amadurecendo há muito tempo. Teve como precursora a Webrádio Indígena, também sob a coordenação de Anápuáka, que foi ao ar em 2008, mas não conseguiu se manter por muito tempo. “Tivemos problemas com a tecnologia, só conseguimos transmitir via *streaming* [transmissão instantânea de áudio e vídeo] por poucos meses, cometemos erros. Mas tudo isso foi importante para o surgimento da Yandê”, diz. Idealizada e levada adiante por Anápuáka juntamente com Renata Tupinambá e Denilson Baniwa, todos com experiências em comunicação e etnomídia, só em 2013 a rádio ganhou o formato que tem hoje, tornando-se oficialmente a primeira rádio indígena online do país. Com sede em Niterói, Rio de Janeiro, venceu no ano passado o Prêmio de Comunicação Jovem oferecido pelo Ministério da Cultura (MinC). Pode ser acessada pelo site <http://radioyande.com/> mas também por outras plataformas a partir de aplicativos móveis. Na página da Yandê, você pode cadastrar o seu email, enviar pautas e receber outras informações por meio do endereço: [pautajornalismo@radioyande.com](mailto:pautajornalismo@radioyande.com). 

## O trem da história

Nas últimas edições, *Radis* tem aprofundado a reflexão sobre como diferentes grupos sociais podem e devem ser acolhidos e cuidados pelo SUS e pelas demais políticas públicas. Desta vez, Adriano De Lavor mergulhou no universo de 50 mil brasileiros que vivem em situação de rua. São mulheres, homens e crianças vagando “sem a proteção física e simbólica de uma casa”, analisa o editor, invisíveis para as políticas de Estado, sem saúde e direitos, frequentemente vítimas de violência por parte da sociedade e de agentes públicos. Surpreende a sabedoria e o grau de organização que muitos deles demonstram na luta por cidadania e respeito.

O repórter fotográfico Eduardo de Oliveira também foi a campo registrar imagens, trabalhadas com arte pelo designer Felipe Plauska, que captassem a áspera existência dessas pessoas, sob a tênue proteção de cobertor e papelão, entocadas em frágeis ninhos ou expostas e vulneráveis nos centros urbanos. Uma realidade que lembra a advertência do procurador público Humberto Jaques, em entrevista à *Radis* (nº-26) sobre o direito à saúde. “O trem da sociedade progride quando a gente empurra o último vagão [...] Você mede o progresso da sociedade pelo grupo vulnerável, pelo mais fraco.”

Nesta edição, estão presentes as vozes de leitores críticos que nos escrevem, de coletivos de comunicação popular, das múltiplas fontes do Canal Saúde na TV aberta, das populações indígenas na rádio Yandê na internet. Reverberam as vozes dos estudantes que ocupam escolas na luta por mais qualidade na educação pública, dos que lutam contra a homofobia, dos que

querem reparação socioambiental pelo crime da mineradora Samarco em Mariana, de pessoas com deficiência, idosos, mulheres, negros e jovens na Conferência de Direitos Humanos. Ecoa a obra pioneira de Nise da Silveira, que resgatou com arte a humanidade de seus “clientes” no manicômio carioca do Engenho de Dentro.

Registramos as reações de pesquisadores, organizações acadêmicas e movimentos sociais e culturais contra o retrocesso representado pelas políticas e medidas anunciadas pelo governo interino de Michel Temer para as áreas de saúde, ciência e tecnologia, comunicação, cultura, direitos sociais e trabalhistas, combate à fome, desenvolvimento agrário, gênero, igualdade racial e direitos humanos. Uma composição que se move rapidamente na contramão do interesse popular e da Constituição de 1988.

Fechada esta edição, a divulgação de conversa indecorosa com o ex-diretor da Transpetro, Sérgio Machado, provocou a queda do ministro do Planejamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e explicitou um pacto para barrar a operação Lava Jato começando pelo afastamento da presidenta Dilma Rousseff, vista como um obstáculo para o objetivo deles de reduzir a atuação de procuradores, delegados e juizes contra a corrupção. Talvez só o distanciamento do tempo permita uma análise completa dos acontecimentos em curso e saber se este impeachment será ou não lembrado como um golpe pelos livros escolares. Mas parece que a fila dos que embarcam em direção ao lixo da história só faz aumentar.

**Rogério Lannes Rocha**

*Editor-chefe e coordenador do programa Radis*

### Expressões e Experiências

• Vozes do Brasil 2

### Editorial

• O trem da história 3

### Cartum

3

### Voz do leitor

4

### Súmula

5

### Radis Adverte

8

### Toques da Redação

9

### Políticas sociais

• “Na contramão” 10

### Democracia

• Autocrítica e resistência 13

### Combate à fome

• Agenda ameaçada 15

### Capa / População em situação de rua

• À margem de direitos efetivos 18

• Entrevista - Maria Lucia Santos Pereira: Por um olhar mais humano 24

• Vulnerabilidade para além da caridade 25

### Direito à comunicação

• Urgência democrática 28

• FNDC: 25 anos 29

### Comunicação popular

• Rede de narrativas 30

### Jornalismo e saúde

• Uma TV para o SUS 32

### Serviço

34

### Pós-Tudo

• Nise: uma pioneira brasileira para iluminar tempos obscuros 35

### CARTUM



ROGÉRIO E CAROLIN

Capa Arte de Felipe Plauska sobre foto de Eduardo de Oliveira

RADIS . Jornalismo premiado pela Opas e pela Asfoc-SN



Fila



Quero parabenizar a equipe pelas excelentes reportagens sobre a medida da fila (*Radis* 159). A matéria estava ótima, esclarecedora e objetiva. Concordo com pesquisadores quando expõem suas opiniões de que a longa espera pode prejudicar a saúde e acarretar o abandono do tratamento; e que a atenção básica deveria ser resolutive, capaz de atender em “duas portas”. Gostei do relato sobre as técnicas de intrusão pelo psicólogo Fábio; o método clássico para o “penetra” furar a fila é chegar de mansinho pedindo informação ou criar um tumulto no início da mesma e, quando se vê, o “pedinte” passa a sua frente na maior “cara de pau”. Não se pode descurar. Em relação ao aedes, o texto da *Radis* 161 foi oportuno, quando o Brasil está vivendo uma “tríplice epidemia”. Chegou na hora certa. *Radis*: cultura e conhecimento todo dia.

• Flavia Ferraz Falcão, Belford Roxo, RJ

Violetas

Excelente a matéria sobre o jogo Violetas (*Radis* 164), o que nos encheu de satisfação. Agradecemos pela qualidade da reportagem da jornalista Elisa Batalha, em nome da qual cumprimos toda a equipe deste prestigiado veículo de comunicação nacional.

• Maria Raquel Maia, Brasília, DF

Pânico

Temos a honra de participar de reportagem de cinco páginas da Revista *Radis*, sobre a síndrome do pânico (*Radis* 164). As fotografias de José Maria Palmieri e os bordados de Daniela Ktenas, que ilustram Paúra, são destaques da matéria. Muito obrigado!

• Daniela Cronemberger, Brasília, DF

Aborto, não!

Sou estudante de medicina e uma professora sugeriu que eu assinasse a revista *Radis* para ter mais conhecimento sobre os assuntos de saúde pública no Brasil. Percebi uma certa parcialidade da revista em relação ao governo atual do nosso país, mas como algumas informações da revista me são úteis eu faço uma leitura crítica de revista e aproveito algumas reportagens no meu dia-a-dia. Porém, hoje senti uma indignação total. Como uma revista que trata sobre saúde pública pode postar uma matéria a favor do aborto? Com exceção de casos de anencefalia, risco de morte para mãe e estupro, o aborto consiste em um assassinato, como outro qualquer. É uma hipocrisia uma revista do Ministério da Saúde defender uma prática como essa. As campanhas não deveriam visar a legalização de um ato covarde e brutal como o aborto, mas sim conscientizar as pessoas de como se prevenir e programar para que isso não aconteça. Ninguém tem o direito de tirar a vida de outro alguém, ainda mais quando esse ser não pode sequer se proteger. Sou a favor da liberdade de expressão, mas peço o cancelamento de minha assinatura.

• Luísa Jabour Pazeli, Juiz de Fora, MG

**F:** *Luísa, como uma publicação que trata de saúde coletiva, não podemos nos furtar a discutir o aborto, que consideramos uma questão de saúde pública. Independente do estado atual da lei ou das diferentes visões religiosas, Radis não pode ignorar 800 mil mortes anuais de mulheres que recorrem a métodos arriscados e clandestinos de interrupção da gravidez, já que no país não há esta previsão legal. Não cabe à publicação julgar estas mulheres, mas sim esclarecer, orientar e prover os meios para que o dilema do aborto, uma situação que ninguém deseja, não volte a ocorrer. Já providenciamos a suspensão da assinatura, mas é importante que a estudante de Medicina saiba que deixando de ler*

sobre o tema não há como evitar que venha a conviver com esta importantíssima questão de saúde pública para o resto de sua vida profissional, visto que trata-se de uma realidade e a prática médica se faz no mundo real, com pessoas reais.

Infeção hospitalar

**A** amigos da *Radis* gostaria de sugerir uma pauta para próximas edições: infecção hospitalar. Aproveito a oportunidade para agradecer por meu nome ter sido mencionado na coluna a voz do leitor, obrigado mais uma vez!

• Maria Célia Batista Pereira, Teresina, PI

**F:** *Nós é que agradecemos as sugestões, Maria Célia! Em breve atenderemos seu pedido!*

Radis agradece

**R**adis tem sido de grande utilidade para aplicação de conceitos em sala de aula e discussão dos temas diversos com os alunos nas disciplinas de epidemiologia e saúde pública, na formação dos médicos veterinários da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Obrigado.

• Daniel Friguglietti Brandespim, Recife, PE

**G**ostaria de agradecer o envio da edição de número 161 da revista *Radis*, revista objetiva e imparcial — como deveriam ser todas as mídias do país. Espero continuar recebendo as próximas tiragens, pois o conteúdo é tão bom que li a edição recebida em poucas horas.

• Felipe Freitas, Rio de Janeiro, RJ

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta ou e-mail) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

EXPEDIENTE

**RADIS**® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa **Radis de Comunicação e Saúde**, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Paulo Gadelha**  
Diretor da Ensp **Hermano Castro**

Editor-chefe e coordenador do Radis **Rogério Lannes Rocha**  
Subcoordenadora **Justa Helena Franco**

Edição **Adriano De Lavor**  
Reportagem **Bruno Dominguez** (subedição),  
**Elisa Batalha**, **Liseane Morosini**, **Luiz Felipe Stevanim** e **Ana Cláudia Peres**  
Arte **Carolina Niemeyer** e **Felipe Plauska**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira**, **Sandra Benigno** e **Eduardo de Oliveira** (Fotografia)

Administração **Fábio Lucas** e **Natalia Calzavara**  
Apoio TI Ensp **Marco Antônio Fonseca da Silva** (suporte) e **Fabio Souto** (mala direta)

Estágio Supervisionado **Caroline Beck** (Arte) e **Juliana da Silva Machado** (Administração)

Assinatura grátis (sujeita a ampliação de cadastro)  
Periodicidade **mensal** | Tiragem **93.500** exemplares | Impressão **Rotaplán**  
**Fale conosco** (para assinatura, sugestões e críticas) • Tel. (21) 3882-9118  
E-mail [radis@ensp.fiocruz.br](mailto:radis@ensp.fiocruz.br)  
Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762  
[www.fiocruz.br/ouvidoria](http://www.fiocruz.br/ouvidoria)

 [www.ensp.fiocruz.br/radis](http://www.ensp.fiocruz.br/radis)

 /RadisComunicacaoeSaude

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.





## Nova onda de ocupações pede qualidade nas escolas

Desde que, em outubro do ano passado, estudantes ocuparam as escolas públicas de São Paulo contra a proposta de reorganização escolar anunciada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), uma onda de ocupações vem sendo contabilizada pelo país. Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul, Pará, Distrito Federal e Goiás estão entre os estados que têm escolas ocupadas como parte de um movimento batizado pelos estudantes paulistas de Primavera Secundarista e que vem ocupando escolas e espaços públicos em defesa da educação de qualidade.

Se, em São Paulo, a pauta começou com a reorganização e hoje se transformou em uma luta pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar fraudes na merenda (ver *súmula na página 6*), em Goiás, os secundaristas se manifestam contra a entrada de organizações privadas na rede pública de ensino. Em outros locais, como no Rio de Janeiro, as reivindicações são mais difusas. Vão desde cobranças específicas para determinadas escolas, como instalação de ar condicionado e habilitação das salas de informática, até pautas mais gerais — a saber: a cobrança por uma escola mais livre e democrática e o desacordo com o modelo de ensino, baseado em um currículo mínimo, que consideram incompleto, e em avaliações bimestrais dos alunos com as quais se bonificam as escolas e os professores que consigam melhor desempenho, pontuou o site do El País Brasil (2/3).

A ocupação das escolas cariocas também coincide com a greve de professores, deflagrada no estado em 2 de março. “As escolas estavam sem voz. Os alunos estavam sem voz. E a gente começou a ocupação em apoio às outras escolas e pra gente ter uma voz, pra gente recorrer aos

nostros direitos”, disse ao G1 (19/4) um dos estudantes que participam da ocupação do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, no Largo do Machado, zona sul do Rio. Ao jornal *Extra* (1/5), Alan Duarte, aluno de 16 anos que ocupou o Colégio Estadual Bangu, justificou: “O livro de que eu precisava e não recebi está mofando aqui. A escola é cheia de ratos. Tudo isso me levou a ocupar a escola, e a ocupação me mudou. Eu vinha à escola para zoar. Agora entendi o propósito disso aqui. Parei para pensar: ‘O que estou fazendo? Tenho que mudar’”.

Na rotina das escolas ocupadas, os estudantes assumem a limpeza, cuidam da alimentação e zelam pelo patrimônio. Muitos colégios têm aulas ministradas por professores que se solidarizam com os estudantes. Também recebem visitas de músicos, professores, artistas e cientistas que querem demonstrar apoio à causa. Um vídeo (3/5) da cantora Marisa Monte no Colégio Estadual André Maurois, no Rio de Janeiro, viralizou na internet. Os vídeos são produzidos pelos próprios estudantes e depois postados nas redes sociais, onde se multiplicam páginas sob a hashtag #ocupa. Na página dos estudantes do Colégio Irineu Marinho, de Duque de Caxias, no Facebook, um vídeo de cinco minutos em que explicam o porquê da ocupação teve 2 mil curtidas e mais de 4 mil compartilhamentos até meados de maio.

Na contramão do movimento, uma outra leva de estudantes criou o “Desocupa Já”, que pede a retomada da rotina de aulas alegando que as assembleias que decidiram pelas ocupações não foram legítimas, como noticiou o *Estado de S. Paulo* (20/4). Em maio, de acordo com reportagem do jornal *O Dia* (11/5), cerca de 100 alunos contrários à ocupação teriam usado a força para entrar no Colégio Estadual Mendes de

Moraes, na Ilha do Governador, e expulsar os demais. No fim da noite, estudantes do Ocupa Mendes retornaram à unidade. Em nota, a Secretaria estadual de Educação (Seeduc) afirmou que repudia qualquer forma de violência, seja do movimento de ocupação ou de desocupação. Segundo o órgão, apesar de a reivindicação dos movimentos de desocupações ser a mesma da secretaria, não há favorecimento nem apoio da Seeduc a nenhum dos lados.

A abordagem da Polícia Militar em muitas escolas ocupadas também causa polêmica. Para citar um exemplo, em São Paulo, PMs desocuparam ao menos uma Diretoria de Ensino e três Escolas Técnicas (Etesp), numa única manhã, informou o G1 (13/5), levando os alunos para delegacias. Segundo a reportagem, a Procuradoria Geral do Estado orientou a reintegração de posse de imóveis públicos mesmo sem haver decisão judicial. Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se manifestaram contrárias à ação, como noticiou o portal G1 (11/4).

Para Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação, movimento da sociedade civil que trabalha pela universalização e qualificação do ensino no Brasil, a dificuldade na negociação — seja no Rio seja em outras ocupações — é fruto da “falta de diálogo entre a gestão pública e a juventude”, informa a reportagem de *El País Brasil* (2/3). “Os gestores não têm uma prática de diálogo com esse público. Eles nem sabem a abordagem nem a linguagem certa. Você não pode usar o mesmo tipo de conversa que [usa] com os sindicatos ou com uma ONG, eles são adolescentes”, declarou. “Essa falta de entendimento é um grande alerta para fazer com que o diálogo avance. Se não, vamos ter numerosas mobilizações infrutíferas”, advertiu.

## Direitos humanos têm conferência conjunta



FOTO: ANTONIO CRUZ/ABR

Sete mil pessoas estiveram reunidas na primeira conferência conjunta de Direitos Humanos, realizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, em abril, com a presença da presidenta Dilma Rousseff — no governo do presidente interino Michel Temer, o ministério foi extinto (veja matéria na página 10). Em um único espaço, e simultaneamente, foram levantadas as demandas por direitos em cinco conferências temáticas: a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (com o tema “Direitos Humanos para Todas e Todos: Democracia, Justiça e Igualdade”), a 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (“Política e

Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente”), a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (“Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa — “Por um Brasil de todas as Idades”), a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (“Os Desafios na Implementação da Política da Pessoa com Deficiência: a Transversalidade como Radicalidade dos Direitos Humanos”) e a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (“Por um Brasil que criminalize a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais”).

## Pessoas são mais que pacientes

O cenário de uma sexta-feira à noite em um pronto-socorro lotado serviu de inspiração para Dhruv Khullar ir além de sua experiência clínica e pontuar o que considera ter sido esquecido pela prática médica: a capacidade de ir além do sofrimento e ver a pessoa atrás do doente. Em depoimento publicado pelo site Uol Notícias (1/5), o médico residente no Hospital Geral de Massachusetts e na Escola de Medicina de Harvard, nos Estados Unidos, fala um pouco de sua rotina e assume que os médicos são treinados, primeiro, para diagnosticar, tratar e curar e depois para consolar, aliviar e acalmar. Por isso, acabam perdendo lentamente a visão e desenvolvem uma “incapacidade de perceber quem e o que as pessoas são além de pacientes que vemos no hospital”.

Dhruv pontua também que, ao mesmo tempo em que adquirem habilidades novas e conhecem mais técnicas, os profissionais passam a desvalorizar a compreensão, empatia e imaginação presentes no início de suas carreiras. “Em muitas coisas sou melhor hoje do que quando comecei minha jornada para me tornar um médico, há mais de dez anos, mas acho que compreendo os pacientes como pessoas e vê-los no contexto de suas vidas longas, belas e bagunçadas não é uma delas”, disse. Segundo ele, os olhos dos médicos são treinados “para ver as assimetrias, erupções cutâneas e vasos sanguíneos, ao mesmo tempo em que os desprogramamos para perceber inseguranças, alegrias e frustrações”.

Para Dhruv, como todo tratamento é feito em nível individual, é importante saber sobre as preferências ou a tolerância ao risco do paciente, explicando os prós e os contras de um exame ou procedimento específico. Contudo, ele diz que “uma compreensão robusta e holística precisa de uma apreciação mais profunda de ‘Quem é essa pessoa com quem estou falando?’”. E pergunta: “O quanto seríamos melhores nos diagnósticos, prognósticos e curas se tivéssemos uma compreensão mais abrangente da pessoa à nossa frente?”. Mesmo reconhecendo que o “pronto-socorro é, por natureza, uma arena projetada para a rapidez de raciocínio e ação”, ele entende que “há sempre um momento de graça e significado em que podemos ajudar os pacientes a encontrar no tempo que lhes resta, um momento que lhes remeta a uma época em que se sentiam mais vivos”. O texto completo pode ser lido em <http://goo.gl/ufT5ki>.

## Pela CPI da merenda

Os estudantes secundaristas que ocuparam no começo de maio o plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para pressionar a Casa a investigar o desvio de dinheiro público na compra da merenda escolar conquistaram uma importante vitória. Mesmo sem garantir a instalação da CPI para apurar o caso, conseguiram visibilidade e receberam apoio de artistas, parlamentares e representantes de vários setores da sociedade, sem contar a assinatura de pelo menos mais um deputado, Padre Afonso, do Partido Verde (PV). De acordo com o El País Brasil (4/5), os cerca de 50 jovens tiveram de enfrentar o frio durante a madrugada uma vez que o ar condicionado ficou ligado e o deputado Fernando Capez (PSDB), presidente da Alesp e um dos investigados pelo Ministério Público, proibiu que os estudantes recebessem os cobertores enviados por seus parentes, que faziam vigília do lado de fora, ou por apoiadores do movimento.

A estratégia de deixar os estudantes sem nenhum mantimento, itens de higiene pessoal e cobertores foi explicitamente declarada por Capez, durante coletiva de imprensa. A tática foi definida pelo presidente da Alesp como “saturação”, ou “isolamento”. Os jornalistas também foram impedidos de manter contato com os alunos. De acordo com a Agência Brasil (4/5), os profissionais de imprensa podiam entrar apenas em uma antessala do plenário e fazer imagens, mas sem se aproximar ou conversar com os estudantes. Três dias após o início da ocupação, os secundaristas deixaram o local com rosas na mão após uma ordem de reintegração de posse expedida pela Justiça, ressaltou o site de notícias G1 (6/5). Antes, leram um pronunciamento em que diziam que foram dias de luta e ousadia e reafirmavam que a saída não foi um recuo, ou desistência da luta. “Não tem arrego”, gritavam.

## Remédio contra malária pode ser eficaz contra zika

Um medicamento já usado no tratamento de doenças, como a malária, pode ser eficaz para proteger o cérebro de fetos contra a infecção pelo vírus da zika. Como noticiou o portal G1 (7/5), a equipe do Instituto de Biologia e do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) comprovou que o medicamento cloroquina pode evitar que o vírus da zika danifique as células nervosas em formação.

A descoberta foi considerada uma das mais importantes na luta contra o vírus da zika e pode ser mais uma arma no combate à microcefalia e aos danos cerebrais causados pela doença, principalmente em fetos. A pesquisa foi feita

usando células em estágio inicial produzidas em laboratório a partir de células tronco. Elas representam a formação do sistema nervoso nas primeiras semanas de gestação, quando o vírus da zika é mais destruidor. O tratamento com a cloroquina reduziu o número de células infectadas em 95% e impediu a alteração do formato.

O medicamento já é usado contra a malária e doenças autoimunes, como o lúpus, e não tem contraindicação para grávidas. Segundo Loraine Campanati, professora do Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ, entrevistada na matéria, a cloroquina ainda não pode ser usada. São necessárias algumas etapas do

estudo para garantir o resultado contra a doença e os efeitos dela em humanos. “O medicamento traz uma vantagem: ele já é conhecido e é seguro em mulheres grávidas, mas para certas indicações terapêuticas. Para essa nova indicação terapêutica a gente ainda precisa ter um estudo clínico para provar que é na mesma concentração que a segurança se mantém a mesma”, avaliou ela.

O jornal O Estado de S. Paulo (6/5) foi cauteloso ao destacar que o trabalho dos pesquisadores, que está disponível na bioExiv — rede pública de compartilhamento de estudos científicos inéditos —, ainda não foi revisado por profissionais independentes.

## Vacina promete retardar Alzheimer

Uma equipe de pesquisadores da Universidade Laval, do Centro Hospitalar Universitário de Québec e da empresa farmacêutica GlaxoSmithKline (GSK) descobriu uma maneira de estimular os mecanismos de defesa naturais do cérebro em pessoas com doença de Alzheimer. Como noticiou o Portal Catraca Livre (2/5), essa não é a primeira vez que uma injeção para prevenir e tratar a doença é estudada. Mas os pesquisadores estão confiantes de que estão mais perto de uma solução para pacientes e pessoas em alto risco de desenvolver a condição.

Uma das características principais da doença de Alzheimer é a produção de uma molécula tóxica conhecida como beta-amiloide no cérebro. Microglíocitos, células que funcionam como defensores do sistema nervoso, são incapazes de eliminar essa substância, que forma depósitos no cérebro dos doentes, chamados de placas senis. A equipe liderada pelo Dr. Serge Rivest, professor da Universidade Laval e pesquisador do Centro Hospitalar Universitário, identificou uma molécula que estimula a atividade destas células do sistema imunológico do cérebro.

A molécula, conhecida como MPL (monofosforil lipídio A), tem sido amplamente utilizada como um adjuvante de outras vacinas há anos. Por conta disso, sua segurança está bem estabelecida. Os pesquisadores então deram injeções semanais de MPL a ratos com sintomas de Alzheimer durante um período de doze semanas. Eles descobriram que as injeções eliminaram até 80% das placas senis.

Além disso, os testes de medição da capacidade dos camundongos de

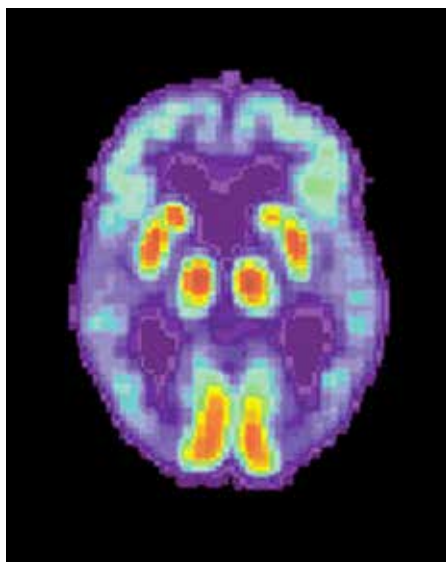


FOTO: WIKIMEDIA

aprender novas tarefas mostraram melhora significativa na sua função cognitiva durante o mesmo período. Os pesquisadores veem dois usos potenciais para a MPL. Ela pode ser administrada por injeção intramuscular a pessoas com doença de Alzheimer para retardar a progressão da doença, estimulando seu sistema imunológico natural, e também pode ser incorporada a uma vacina destinada a estimular a produção de anticorpos contra o beta-amiloide como uma medida preventiva para pessoas com fatores de risco para a doença. O estudo sobre vacina foi publicado na revista científica internacional PNAS. De acordo com os testes realizados com pessoas entre 50 e 80 anos durante três anos, a vacina poderia “atrasar” a doença em até cinco anos, sem nenhum efeito colateral.

## H1N1 interfere em diagnóstico para HIV

Quem tomou a vacina contra a gripe H1N1 deve esperar 30 dias para fazer o teste para a infecção pelo HIV, já que o resultado pode manifestar a presença da doença mesmo entre os que não possuem o vírus que provoca a aids. Segundo nota divulgada pelo Ministério da Saúde, o falso resultado pode ocorrer pois a vacina contra a gripe aumenta a produção de um anticorpo, chamado de IgM (o primeiro batalhão de defesa do organismo), que “engana” o Elisa — teste mais comum no Brasil para diagnosticar o vírus da aids.

Segundo informações de O Povo Online (5/5), o ministério reafirmou que as vacinas ofertadas no SUS são seguras, de qualidade e que não há perigo de transmissão de qualquer tipo de doença àqueles que receberam dose. A pasta reforçou que outros testes deverão ser realizados para confirmação do resultado, se positivo ou negativo para HIV.

Ao site de O Povo, o infectologista Ivo Castelo Branco disse que a H1N1 é uma vacina com vírus atenuado e que é preciso esperar o tempo determinado antes de fazer qualquer exame. Ele afirmou que não há motivo para as pessoas não tomarem a vacina, “porque H1N1 mata”. A bióloga do Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids Márcia Santos declarou à Agência Aids (5/5) que qualquer vacina pode dar uma reação imunológica inexplicável. “No caso do H1N1, a vacina pode dar falso positivo para o teste HIV até 120 dias após ser tomada. Porém, nos últimos cinco anos, não pegamos nenhum falso positivo e as vacinas melhoram anualmente”. Segundo o Ministério da Saúde, a vacina começa a fazer efeito no organismo de 14 a 21 dias.

## Leitos: SUS perdeu ou ganhou?

Levantamento do Conselho Federal de Medicina (CFM) apontou que o Brasil perdeu 23.565 leitos de internação hospitalar — aqueles destinados a pacientes que precisam permanecer num hospital por mais de 24 horas — na rede pública em cinco anos. Entre dezembro de 2010 e dezembro de 2015, o número desses leitos para uso exclusivo do SUS baixou de 335,5 para 312 mil.

Todos os veículos de comunicação destacaram a queda de 9,2%, mas ignoraram que o levantamento indicou também um outro lado: houve alta de 23% nos leitos destinados a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), dedicadas a tratamentos mais complexos, nos últimos cinco anos. Os leitos de repouso ou de observação, utilizados para suporte das ações ambulatoriais e de urgência, com permanência de até 24 horas no ambiente hospitalar, também aumentaram, em 14%.

A Agência Brasil destacou (17/5) que as regiões Sudeste e Nordeste foram as que mais tiveram leitos de internação desativados: 13.086 e 6.948, respectivamente. Dos 27 estados, oito registraram tendência oposta, tendo aumento na quantidade de leitos de internação entre 2010 e 2015, entre eles, Rio Grande de Sul, Mato Grosso e Rondônia.

O presidente do CFM, Carlos Vital,

se apressou em dizer que o levantamento “mostra, em números, a falta de leitos vivida diariamente por médicos e pacientes nos hospitais brasileiros” e em relacionar o fato a “atrasos no diagnóstico e no início do tratamento, aumentando a taxa de mortalidade”. O 1º secretário do CFM, Hermann Tiesenhausen, foi além: “Na realidade atual, só resta ao usuário do SUS rezar para não adoecer e não precisar de internação hospitalar”.

As informações foram apuradas pelo CFM junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, do Ministério da Saúde. A Organização Mundial de Saúde (OMS) não recomenda ou estabelece taxas ideais de leitos por habitante. De acordo com o relatório de Estatísticas de Saúde Mundiais da OMS de 2014, o Brasil possuía 2,3 leitos hospitalares (públicos e privados) para cada grupo de mil habitantes no período de 2006 a 2012, taxa equivalente à das Américas, mas inferior à mundial (2,7).

Recém-empossado ministro da Saúde, Ricardo Barros afirmou haver falhas de gestão. “Temos que cuidar da gestão. Se existem leitos que estão prontos, instalados, e não estão funcionando porque não se conseguiu a equação de equilíbrio de financiamento, é isso que estou propondo no ministério: gestão, eficiência, qualidade do serviço público”, disse à Agência.


## Norma protege grávidas de trabalho insalubre



REPRODUÇÃO

As funcionárias gestantes e lactantes deverão ser afastadas temporariamente de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres. É o que estabelece a Lei 13.287/2016, publicada no dia 11 de maio no Diário Oficial da União. Conforme publicou o jornal *Valor Econômico* (13/5), a norma, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, altera a CLT, e deve dar mais segurança a empregadas durante a gestação e o período de amamentação em relação ao ambiente de trabalho.

A lei garante à trabalhadora gestante ou lactante o exercício de suas funções em local saudável durante esse período em especial. No entanto, como ressaltou a Agência Senado (12/05), foi vetada a manutenção do salário integral incluindo os adicionais de insalubridade, depois de ouvidos os Ministérios da Fazenda e o das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. De acordo com as razões do veto, “a manutenção do salário tem mérito, mas o texto da lei estava ambíguo e poderia prejudicar a trabalhadora. Isso porque o tempo da lactação pode se estender além do período de estabilidade no emprego após o parto, e o custo adicional para o empregador poderia levá-lo à demissão da trabalhadora após o término da estabilidade pela gravidez”.

O advogado Otávio Pinto e Silva, do escritório Siqueira Castro Advogados, ouvido pelo jornal *Valor Econômico*, destacou que caso não haja na empresa outros setores pra onde deslocar a funcionária, “a empregada deve ser afastada com o pagamento dos salários até o fim do período de estabilidade”. A gestante já tem, por lei, estabilidade desde o conhecimento da gestação até os cinco meses de vida do bebê. Em caso de descumprimento da nova lei, a companhia poderá ser autuada pelo Ministério do Trabalho, além de correr o risco de sofrer ação judicial da trabalhadora, que pode pedir o afastamento e danos morais. 

## RADIS ADVERTE



FOTO: FERNANDO FRAZAO / ABR

A convite do movimento **#riosempreconceito**, a artista Rafaela Monteiro cobre uma pichação com mensagem homofóbica na porta de uma tradicional papelaria no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Dono do estabelecimento, Luis Veltri, de 88 anos, aprovou o resultado: “**Eu achei espetacular**”, disse à imprensa.




## De azul pelo SUS

A Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) lançou a campanha “Abrasco de azul pelo SUS”. “Azul é a principal cor no logotipo do SUS. Por isso, pelo Sistema Único de Saúde, a Abrasco se veste de azul”, justificou o manifesto, lançado em 3 de maio. Os pesquisadores denunciam “ameaças concretas à saúde da população, aos profissionais de saúde e à sustentabilidade da proteção social garantida pelo SUS desde sua criação em 1988” e expõem “inúmeras evidências demonstrando que o sistema que defendemos, solidário e universal, é mais eficiente que o mercantil privado, assiste-se uma reorganização das políticas e práticas em benefício de interesses econômicos particulares”. A campanha também defende mudanças na orientação da política econômica do governo federal, “recusando as políticas de ajuste que comprometem as condições de vida e a saúde dos trabalhadores e da população brasileira”.

## Preconceito não é normal

Causou polêmica nas redes sociais a declaração da apresentadora Patricia Abravanel, filha de Silvio Santos, dono da rede de televisão SBT, sobre a homossexualidade “não ser normal”. Evangélica, ela comentava sobre um filme quando declarou “Eu não sou contra o homossexualismo, sou contra falar que é normal”. Após uma enxurrada de críticas, a apresentadora pediu “perdão” nas redes sociais, afirmando que estava “aprendendo”. Que sirva de lição. Como bem já lembramos aqui (*Radis* 163), discurso de ódio não é liberdade de expressão.

## Hepatite C

Uma esperança para cerca de 1,5 milhão de pessoas que vivem com hepatite C no Brasil. O novo medicamento indicado para o tratamento da doença, que será desenvolvido pela Fiocruz em parceria com o consórcio BMK, tem efeito curativo e pode substituir o interferon — conhecido por seus intensos efeitos colaterais. A negociação agora é para diminuir o custo de sua produção, que nos Estados Unidos chegou a US\$ 1 mil por comprimido. A expectativa é que o tratamento de 12 semanas não passe de US\$ 3 mil, mas os esforços são para diminuir ainda mais o preço. 

REPRODUÇÃO FACEBOOK



Ativistas se reúnem em frente ao prédio da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), no ato “Em legítima defesa”, organizado por ocasião dos 128 anos de abolição da escravidão no Brasil. “A abolição é um projeto incompleto”, declarou o DJ e ator Eugênio Lima (no centro da foto, de boné), à colunista Eliane Brum, do jornal *El País* (16/5).

## De volta à África

“Aids só é controlável com a ampla mobilização de diferentes atores sociais, o investimento permanente de recursos e com o reforço da solidariedade entre indivíduos, comunidades e governos, inclusive para que os resultados e recursos possam alcançar aqueles até agora excluídos — os países mais pobres, os miseráveis das nossas grandes cidades, os estigmatizados pelo preconceito e todos aqueles vulneráveis a toda a sorte de violações em seus direitos humanos fundamentais. O desafio é passar da retórica à ação. Precisamos quebrar o silêncio, banir o estigma e a discriminação e assegurar a inclusão total das pessoas na luta contra a aids. Aqueles que estão infectados com esta doença terrível não querem estigma, querem amor.” Nelson Mandela, no encerramento da 13ª Conferência Mundial sobre Aids, que aconteceu em 2000, na África do Sul. 16 anos depois, o evento retorna ao país em sua 21ª edição, nos dias 18 a 22 de julho.

## Nome social

Agora é lei: órgãos e entidades que compõem a administração pública federal deverão reconhecer a identidade de gênero de travestis e transexuais, de acordo com o Decreto 8.727, publicado em 28 de abril. Isso significa dizer que a partir de agora registros e sistemas de informação deverão incluir campo para preenchimento do nome social em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado somente para fins administrativos internos.

REPRODUÇÃO FACEBOOK



O projeto “Arte Nunca Esquece” reaquece o debate público sobre a tragédia de Mariana (MG) em 2015, a partir do trabalho do artista plástico Marcelo Tolentino. Ele visitou a região afetada pelo rompimento da barragem da Samarco e, com a lama que arrasou o ecossistema local, reproduziu imagens do rosto de quem sentiu na pele os impactos do vazamento de lama. Veja fotos e *making of* em [aartenuncaesquece.com.br](http://aartenuncaesquece.com.br)

# "Na contramão"

*Medidas anunciadas pelo governo de Michel Temer trazem impactos para direitos como a Saúde, alertam movimentos sociais, artistas e especialistas*

Liseane Morosini e Luiz Felipe Stevanim

**P**roposta de rever o direito universal à Saúde e o tamanho do SUS; fim do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; extinção dos Ministérios da Cultura, das Comunicações e do Desenvolvimento Agrário; mudanças nas políticas de combate à fome. Essas foram algumas das medidas anunciadas nas primeiras horas do governo do presidente interino Michel Temer, após o afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff (12/5). As mudanças determinadas pelo novo mandatário do Poder Executivo, que deve ficar no cargo inicialmente por até 180 dias, impactam os direitos sociais e receberam críticas de movimentos sociais, pesquisadores, artistas e políticos.

Uma série de declarações e desmentidos ocorreu depois que o novo ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* (17/03) que direitos garantidos pela Constituição, como o acesso universal à saúde, deveriam ser repensados. "Em um determinado momento, vamos ter que repactuar, como aconteceu na Grécia, que cortou as aposentadorias, e outros países que tiveram que repactuar as obrigações do Estado porque ele não tinha mais capacidade de sustentá-las", disse. Ele declarou ainda que o nível de direitos que a Constituição determina é insustentável, "porque só tem direitos lá, não tem deveres".

Na contramão do que defendeu Barros, o ministro do Planejamento, Romero Jucá (PMDB-RR), apontou que "há subfinanciamento do processo do SUS, falta recurso, as tabelas não são reajustadas. Os serviços estão longe do que deve ser ofertado à sociedade", registrou o *Valor Econômico* (17/5). Horas depois de suas declarações, Barros recuou dizendo que o "o SUS está estabelecido" e que é preciso rever os gastos com a Previdência, assim como ocorreu em outros países, mas não o acesso à saúde. "Eu não tenho nenhuma pretensão de redimensionar o SUS. O que nós precisamos é capacidade de financiamento para atender suas demandas", afirmou.

As declarações do Ministro motivaram reações. O Conselho Deliberativo da Fiocruz publicou nota (20/05) em que defende o Sistema Único de

Saúde (SUS) e alerta para as ameaças reais aos direitos "arduamente conquistados" na Constituição de 1988. "Não haverá um Brasil desenvolvido sem um sistema de proteção social que garanta a todos a saúde como um direito", diz o texto. "Inaceitável" foi como as entidades do Movimento Sanitário avaliaram a declaração do ministro. "Suas palavras, fundamentadas em um discurso neoliberal que prevê a redução do papel do Estado na economia e na garantia dos direitos sociais, causam indignação a mais de 200 milhões de brasileiros usuários do Sistema Único de Saúde", afirmaram, em nota pública, instituições como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz). "Isso indica uma política inadequada e uma escolha inadequada, de um ministro que não tem nenhuma experiência de SUS", afirmou o presidente da Abrasco, Gastão Wagner, em entrevista ao site da Escola Politécnica em Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Para Luis Eugênio de Souza, ex-presidente da Abrasco e professor da Universidade Federal da Bahia (Ufba), as pessoas que utilizam o SUS reconhecem suas deficiências, mas não estão dispostas a abrir mão dos seus serviços. "O SUS não pertence ao governo Temer e sua vontade de destruí-lo encontrará a forte resistência do povo brasileiro", declarou em artigo publicado no site da Abrasco. Também José Gomes Temporão, atual diretor-executivo do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), ex-ministro da saúde (2007-2010) e professor aposentado da Fiocruz, rebateu o ministro, em entrevista ao site Plataforma Social, dizendo que o SUS precisa de "mais direitos, mais recursos, mais acesso, mais cidadania". O ex-ministro destacou que "reaparece aqui o fantasma de um SUS empobrecido para os mais pobres, focalizado, fragmentado. Seria o fim do SUS".

Os impactos nos direitos não foram sentidos somente na Saúde, mas em outras áreas, como Assistência Social e Combate à Fome, Políticas para Mulheres e Negros, Cultura, Comunicações e Desenvolvimento Agrário. *Radis* checou as principais mudanças e traçou um perfil dos novos dirigentes das áreas sociais.

## Saúde

**QUEM ASSUME** Ricardo Barros (PP-PR)

Primeiro ministro não médico a assumir o ministério desde 2002, Barros é engenheiro de formação, dono de construtora e de uma rádio em Apucarana, em seu estado de origem, Paraná. Como deputado federal, ele apresentou em sua última legislatura (2015/2019) uma proposta que pede a instalação de câmeras em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) de hospitais públicos e privados, e outra instituindo a semana de orientação sobre a gravidez na adolescência. Além disso, requereu a criação da Frente Parlamentar da Indústria Pública de Medicamentos. Como relator do Orçamento de 2016 na Câmara, propôs em dezembro o corte de R\$ 10 bilhões nos recursos do Bolsa Família, alegando que havia denúncias de fraudes no programa, como noticiou o site Rede Brasil Atual (14/5).

Na campanha de 2014, recebeu doação no valor de R\$ 100 mil de Elon Gomes de Almeida, presidente da Aliança, uma administradora de planos de saúde e odontológicos coletivos, segundo publicou a *Folha* (17/5). Em nota, a assessoria de imprensa do Ministério da Saúde informou à *Radis* que a doação representou “somente 3,1% do total” geral arrecadado, e que foi realizada dentro da lei. Além disso, a assessoria confirmou que o deputado foi investigado por fraude em contratos de publicidade em sua gestão como secretário da Indústria e Comércio do Paraná, em 2011, como relatou a Rede Brasil Atual (14/5). “Os procedimentos da investigação já foram concluídos e não indicaram nenhuma irregularidade”, informou em nota, explicando que ainda é aguardada “manifestação da Procuradoria Geral da República, para o arquivamento do processo ou solicitação de acatamento da denúncia”.

Em entrevista coletiva após a posse (13/05), o novo ministro previu que “o resultado [de sua gestão] será maravilhoso” e enfatizou às palavras “gestão” e “articulação” como marcas de seu



FOTO: JOSÉ CRUZ/ABR

O ministro Ricardo Barros propôs repensar direito à Saúde e depois recuou: “O SUS está estabelecido”

projeto. Barros também se mostrou favorável à Proposta de Emenda Constitucional 451, de autoria do presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que obriga as empresas a pagar plano de saúde aos funcionários — projeto criticado pelas entidades do Movimento Sanitário (*Radis* 156).

Entre as declarações polêmicas, Barros afirmou, sobre a fosfoetanolamina sintética, conhecida como “pílula do câncer” — liberada para comercialização sem o registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) — que “se ela não tem efetividade, mas se as pessoas acreditam que tem, a fé move montanhas”; em relação ao combate ao *Aedes aegypti*, propôs inspeções e multas “aos cidadãos que têm foco de dengue em suas propriedades”, e disse, em entrevista ao *Estadão* (17/5), que pretende envolver as igrejas em relação ao aborto realizando um “diálogo muito amplo”. Barros anunciou que há verbas até agosto para o programa Farmácia Popular e para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Depois (16/5), disse que o governo não colocará mais recursos no orçamento da pasta em 2016, já que enfrenta uma crise fiscal severa, que só se recuperará com a melhoria da economia e a volta do consumo.

## Combate à Fome e Desenvolvimento Agrário

**O QUE MUDA** Responsável pelas políticas de assistência social, como o Bolsa Família, o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e programas de segurança alimentar, o Ministério do Desenvolvimento Social perdeu a atribuição de “combate à fome” e incorporou a pasta de Desenvolvimento Agrário.

**QUEM ASSUME** Osmar Terra (PMDB-RS)

Gaúcho, o novo ministro preside a Frente Parlamentar da Saúde e é ligado à bancada ruralista. Está em sua quinta legislatura como deputado federal (desde 1999). Ele chegou a afirmar que o Bolsa Família não pode ser “proposta de vida”, em entrevista ao jornal *O Globo* (12/06), e disse que o programa deve passar por revisão dos

beneficiários cadastrados. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criticada pela integrante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Nathalie Beghin, que considera que a mudança prejudica uma experiência bem-sucedida que remonta ao governo de Itamar Franco, ainda nos anos 1990. “O fortalecimento do/a agricultor/a familiar como ator econômico responsável pelo fornecimento de grande parte da alimentação dos brasileiros foi fator crucial para a expressiva diminuição da fome e da desnutrição no Brasil”, considera. Na visão da conselheira, passar suas funções para um recém-criado Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário trata o agricultor familiar, camponês e indígena não como elemento central do desenvolvimento sustentável, mas como público-alvo de uma política social “que mais bem busca reproduzir a pobreza do que enfrentá-la”.

## Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

**O QUE MUDA** O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foi extinto e as atribuições incorporadas pelo Ministério da Justiça e Cidadania.

**QUEM ASSUME** Alexandre de Moraes (PSDB)

O poder do Ministério Público é grande, mas não pode ser absoluto. A frase é do novo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, promotor de Justiça, e ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo, em entrevista à *Folha de S. Paulo* (16/05). O novo mandatário também será responsável pela gestão das políticas voltadas para direitos humanos, minorias e populações marginalizadas, como mulheres, negros e indígenas. Enquanto esteve à frente da Secretaria de Segurança Pública de SP, Alexandre de Moraes ficou conhecido por atos de repressão violenta contra movimentos sociais, como lembrou matéria do jornal *Extra* (12/05).

A extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foi criticada por movimentos sociais e personalidades políticas. “O presidente acaba de mandar para o andar de baixo os Direitos Humanos, as mulheres, os afrodescendentes, a cultura e a ciência”, afirmou o professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-ministro dos Direitos Humanos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, Paulo Sérgio Pinheiro (1999-2002), em vídeo divulgado no Youtube. “Estamos indo na contramão do mundo”, disse o presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBT), Carlos Magno, em entrevista ao site Huffpost Brasil (17/05).

A ausência de mulheres e negros entre os ministros nomeados pelo presidente interino Michel Temer também chamou atenção. “A democracia somente se realiza com a plena participação das mulheres em espaços de liderança e de tomada de decisões», criticou Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, em entrevista ao jornal *O Globo* (13/05). Segundo ela, a paridade de gênero é um dos objetivos globais que precisam ser alcançados até 2030.

## Cultura

**O QUE MUDA** o Ministério da Cultura foi extinto (13/05) e as funções passaram a fazer parte do Ministério da Educação e Cultura, mas Temer voltou atrás por pressão da classe artística (21/05)

**QUEM ASSUME** Mendonça Filho (DEM-PE) assume o MEC e Marcelo Calero (PSDB-RJ), o MinC.

Protestos pelo fim do Ministério da Cultura (Minc) ocuparam o Palácio Gustavo Capanema, sede do órgão no Rio de Janeiro e da Fundação Nacional de Artes (Funarte), a partir de 16 de maio, e fizeram o governo Temer voltar atrás da decisão de extinguir a pasta. Outras manifestações de artistas e trabalhadores em 20 capitais do país também criticaram as consequências para as políticas de cultura. Em carta aberta ao presidente interino Michel Temer, artistas que fazem parte da Associação Procuere Saber — formada por Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil e Djavan — e do Grupo Parlamentar Pró-Música — Sérgio Ricardo, Ivan Lins, Leoni, Frejat, Fernanda Abreu e outros — consideraram a extinção da pasta “um retrocesso”. “O Ministério da Cultura é o principal meio pelo qual se pode

desenvolver uma situação de tolerância e de respeito às diferenças”, dizia o texto.

Também em nota pública (12/05), o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, da Universidade Federal da Bahia (Cult/UFBA), apontou a atuação do Minc como resultado de “um projeto inovador de pensar o Brasil e redesenhá-lo”, que não poderia ser descartado. Ainda segundo o documento, a mudança reduz a potência de continuidade de uma política efetivamente transformadora e põe em risco a memória e o futuro do país. Com o anúncio de recriação da pasta (21/05), Temer também nomeou Marcelo Calero, que foi secretário municipal de Cultura do Rio de Janeiro, como ministro. Diplomata, o novo ministro prometeu com passagens pela CVM, Petrobras e pela diplomacia, o novo ministro prometeu “preservar conquistas”, registrou o G1 (21/5). Mesmo com o recuo do governo interino, manifestantes mantinham, até 21 de maio, a ocupação do Palácio Capanema e da sede da Funarte, no Rio, por não reconhecer a “legitimidade” da atual gestão federal, informou o Valor Econômico (21/5).


## Comunicações e Ciência & Tecnologia

**O QUE MUDA** O Ministério das Comunicações foi extinto e criado o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

**QUEM ASSUME** Gilberto Kassab (PSD)

Foram extintos o Ministério das Comunicações, que cuidava das políticas de radiodifusão, telecomunicações e internet, e a Secretaria de Comunicação Social (Secom), encarregada da comunicação do Governo Federal. O novo ministério terá à frente Gilberto Kassab, duas vezes prefeito de São Paulo (2006-2012), ex-deputado federal, ministro das Cidades no governo Dilma (2015-2016) e fundador do Partido Social Democrático (PSD). De acordo com nota pública do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC, 12/05), a criação do novo ministério “revela que o tratamento comercial e mercadológico para o tema da Comunicação será aprofundado”. Segundo o FNDC, os debates serão ainda mais técnicos e estarão ainda mais à mercê dos grandes grupos econômicos. “Se já havia dificuldades em tratar o tema da Comunicação sob a ótica do direito, nesta nova configuração esta abordagem será completamente abandonada”, completa o texto.

Outra mudança que gerou reações foi a demissão do presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável pela gestão da TV Brasil e de oito rádios públicas: o jornalista Ricardo Pereira de Melo tinha mandato previsto até maio de 2020, como determina a lei que criou a EBC, em 2008. Um manifesto assinado pela Frente em defesa da EBC e da Comunicação Pública e outras entidades reagiu à exoneração.

A Fundação Oswaldo Cruz também se posicionou contrária à fusão entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério das Comunicações por considerar que há conflito entre as missões, visões e objetivos dos dois órgãos. “São claras as diferenças entre os procedimentos adotados pelos dois ministérios e suas respectivas áreas de atuação, para que se possa unificá-los em uma única estrutura”, diz em nota (18/5) em apoio a outro manifesto, divulgado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Academia Brasileira de Ciências (SBPC). A Fiocruz considera ainda que há carência de investimentos nos dois setores e a fusão poderá dificultar um crescimento sustentável e de longo prazo. 

# Autocrítica e resistência



FOTO: CAROLINA NIEMEYER

## *Debate promovido pela Asfoc-SN discute perspectivas e pautas para a Reforma Sanitária em contexto político de ameaça conservadora*

Elisa Batalha

O SUS está ameaçado por uma conjuntura política que foi considerada uma “ofensiva conservadora e antidemocrática”. Esse foi o mote do debate Saúde e Democracia, realizado pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc-SN), realizado no dia 26 de abril no campus-sede da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. No evento, foram apontadas também perspectivas para a resistência. “A força da construção coletiva do Sistema Único de Saúde por gerações é a grande responsável pelo Brasil não viver uma barbárie social ainda maior”, defendeu o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão.

“Um discurso vem sendo reforçado: o do ‘SUS para pobre’, que está permanentemente na grande imprensa”, criticou Temporão, o primeiro convidado a falar. Pesquisador aposentado da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), ele acredita que o SUS vive o risco de fragmentação, e o documento “Ponte para o Futuro”, apresentado pelo PMDB, partido do presidente interino, Michel Temer, aponta para a fragilização do conceito de saúde como um direito que deve ser defendido por

todos os setores da sociedade. Para Temporão, que atualmente é presidente do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags/Unasul), no contexto de um processo de impeachment por um Congresso que ele considera “o mais conservador da história republicana”, esse discurso marca uma mudança na visão do Estado como agente da proteção social.

“Existe o risco de que o Congresso defenda claramente formas de flexibilização como o co-pagamento [de serviços de saúde] como fator de moderação do consumo”, alertou, lembrando que a PEC 451, que traz a proposta de universalização do pagamento de seguro-saúde para trabalhadores formalmente inseridos no mercado de trabalho, já é uma fragmentação do sistema. “Sem dúvida estamos vivendo no país uma grande ofensiva conservadora, antidemocrática”, afirmou, ressaltando o impacto negativo para a saúde de agendas em pauta no Legislativo (*Radis* 156), como aquelas que ameaçam direitos sexuais e reprodutivos.

“Há uma outra tendência que observamos de maneira mais enfática recentemente, que é o Legislativo entrando em um campo do Executivo”. Ele deu dois exemplos recentes, o da fosfoetanolamina, cujo uso foi autorizado por lei, e o das drogas

Justa Franco, presidente da Asfoc-SN, mediou o debate entre Gastão Wagner, presidente da Abrasco (esq.), e José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde

para emagrecimento, que tiveram a comercialização aprovada pelo Senado apesar de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já ter feito sérias restrições. “Eu chamaria de verdadeiro ‘exercício ilegal da medicina’, por parte do Legislativo. Isso expressa uma permeabilidade no Congresso para iniciativas que beneficiam o complexo industrial da saúde, e atuação em áreas que não são as suas. A Anvisa fica desmoralizada e há uma repercussão internacional em torno do caso”, criticou o ex-ministro.

Temporão ironizou a situação, ao afirmar: “Não adianta cair em depressão”. Para ele, há um lado positivo no cenário político do país: o surgimento de novos atores, além dos tradicionais e dos movimentos sociais. “A ocupação das escolas de São Paulo e do Rio é um exemplo, assim como os movimentos ligados a LGBTs, a cultura, negros e mulheres. Há uma sensação de ruptura radical da política formal, da estrutura de partidos”, analisou ele, para quem os recentes discursos de ódio e preconceito fizeram com

que fossem recuperados slogans dos anos 1970 e 80. Para ele, existe uma “agenda gigantesca” a ser enfrentada, que inclui reforma política, da mídia, da educação. Uma das mais urgentes e com impactos diretos na gestão do SUS, segundo Temporão, é a reforma do Estado, com a criação de uma carreira e redução drástica de cargos de livre provimento.

É importante rediscutir o papel do setor privado na Saúde, segundo o médico sanitário. “Uma legislação que permite aos médicos ter dois empregos públicos e ainda atuar no setor privado não contribui para o fortalecimento da rede pública”. No entanto, na sua opinião, é importante considerar também que alguns modelos do setor privado, como a Rede Sarah — gerida por uma associação sem fins lucrativos —, devem ser analisados como exemplos positivos, por conseguirem prestar bom serviço e reter mão de obra qualificada. Do ponto de vista do paciente, defendeu a porta de entrada única em todo o SUS por meio da Estratégia Saúde da Família.

## **RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA**


O segundo convidado a falar no debate, Gastão Wagner de Sousa Campos, presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e professor titular da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (FCM/Unicamp) teve sua fala entremeada pela autocritica. “Penso que é preciso repensar, como todos os movimentos sociais, essa coisa que o pensamento tem que ser único, monolítico. Precisamos dar liberdade e estimular o contraditório. Incluir as divergências e a liberdade de discussão, de todos os projetos para a Reforma Sanitária”, afirmou.

O sanitário concordou com Temporão quanto à necessidade de uma reforma do Estado. “Tem que haver gestão unificada. Reduzir cargos de confiança e de livre provimentos a uns 50%. É preciso que se montem bancas e seleção para cargos de chefia no serviço público”, sugeriu o sanitário. Para ele, o momento pede que o setor da saúde pública e os

setores progressistas da sociedade como um todo pensem com quais recursos resistir. Na opinião dele, há um confronto muito grande com setores que querem concentrar renda. “Está em curso um golpe processual jurídico-legislativo, mas de fundo político”, analisou ele, para quem há quatro fenômenos a serem considerados pelos setores que querem traçar estratégias de resistência para conter retrocessos.

O primeiro é que a ampliação das condições de vida de boa parcela da população, principalmente nas condições de consumo, não foi acompanhada de uma real melhoria na conquista dos direitos. Isso levou ao aumento do grau de exigência de direitos difusos pela população. Por outro lado, o interesse de segmentos econômicos por verbas públicas se intensificou. “Esses setores se vêem como perdedores da disputa pelo aparato de Estado”, explicou.

O segundo aspecto é a necessidade de arregaçar e formar pessoas. “Estamos vendo o ressurgimento de velhos militantes”, avaliou. Há motivo para otimismo, segundo ele. “A gente vai aos encontros do SUS e encontra juventude”, observou. Um terceiro aspecto indispensável é enfrentar o discurso hegemônico na comunicação de massa. “Vemos a hegemonia e a ação política do poder econômico. A cooptação e promoção de intelectuais conservadores. A dominação da mídia que tem um discurso pró-golpe. Não conseguimos montar um jornal diário e uma TV pública com audiência suficiente para competir com a mídia comercial”, criticou Gastão. E por último, apontou que a capacidade efetiva de gestão depende não apenas do financiamento. “Existe uma crise da gestão pública. Uma promiscuidade muito grande entre o capital e a gestão pública. Uma crise da representatividade social e uma crise de Estado. Uma coisa que não pode deixar de ser considerada é observar como está sendo usado o orçamento público. Quase 50% é para juros da dívida (*Radis* 162). Não dá para ficar com essa ganância. O Brasil não é pobre. Isso é um ‘austericídio’”, declarou, fazendo uma mistura das palavras “austeridade” e “suicídio”.

Para Gastão, o caminho, em médio e longo prazos, para uma gestão mais eficaz é a radicalização da democracia. “Temos de pensar uma forma em que o público tome de assalto o Estado, o que significa a redução do poder do Executivo, sem privatizar. Para isso, temos sim de disputar o discurso contra a corrupção e da responsabilização sanitária, uma defesa que sempre foi nossa”, assinalou. Sobre o curto prazo, Gastão foi inquirido por Valcler Rangel, vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, na plateia. Ele queria saber se o professor considerava precipitado, nesse momento, lutar por novas eleições. “Até aqui estou lutando contra o golpe. No *day after*, eu não sei”, respondeu. O presidente da Abrasco apontara na sua fala a estratégia de marcar posição. “Temos de continuar a fazer o que podemos nos nossos pedaços, o que temos possibilidade de ampliação da democracia e da atenção, avançando no máximo da potencialidade de nossas forças. [...] Temos de ser fanáticos pelos usuários, reverberar todas as indignações, desde com as filas até sobre os direitos trabalhistas. Fazer da luta pela saúde deles a nossa luta, assim como é feito no movimento da Saúde Mental, e trazer junto a luta dos trabalhadores do setor”. 

## **“Existe o risco de que o Congresso defenda claramente formas de flexibilização como o copagamento [de serviços de saúde] como fator de moderação do consumo”**

# AGENDA AMEAÇADA

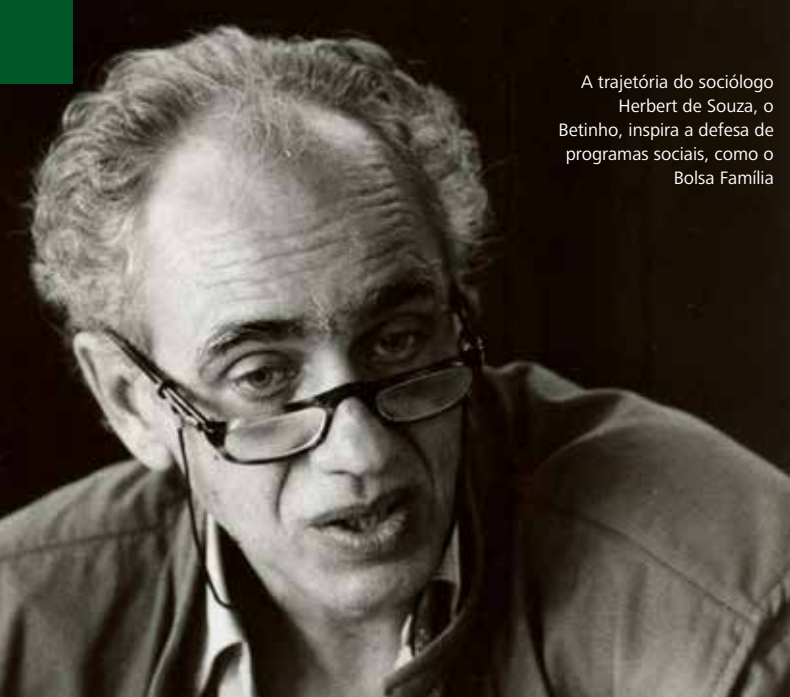
*Avanço conservador põe em risco programas sociais e conquistas obtidas com a Constituição de 1988*

Liseane Morosini

**E**nquanto o Congresso discute o fim da vinculação de gastos do governo com saúde e educação, há forte especulação sobre a interrupção ou o término de políticas públicas que ajudaram a distribuir renda e contribuir para a ascensão social nas últimas décadas. Diante de uma política de ajuste contínuo, setores mais conservadores defendem o redesenho da Constituição de 1988 como forma de adaptá-la a uma realidade de cortes no orçamento da União, estados e municípios. Todo esse retrocesso põe em risco programas que, se não mexeram de forma estrutural na desigualdade histórica brasileira, conseguiram mudar a vida de cidadãos atendidos por políticas públicas mais amplas e diversas. Dados do Banco Mundial apontam que, entre 1990 e 2009, 25 milhões de pessoas saíram da situação de extrema pobreza no Brasil.

Família de extrativistas do Pará, beneficiária do Bolsa Família: pesquisadores defendem a manutenção do benefício, que já tirou 25 milhões de pessoas da extrema pobreza





A trajetória do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, inspira a defesa de programas sociais, como o Bolsa Família

FOTO: ABIA

Se o quadro atual pode levar o país a um retrocesso, mais do que nunca é importante falar sobre o passado e o processo que levou a conquistas sociais. Entre eles, as campanhas de enfrentamento da fome nos anos 1990, que mostraram aos brasileiros uma tragédia até então invisível para boa parte da sociedade. Pobreza anda de mãos dadas com a fome, e vice-versa, e por isso, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho [1935/1997], disse que “Quem tem fome tem pressa”, fazendo ecoar a voz de então 54 milhões de brasileiros que não tinham como colocar comida no prato.

Betinho foi o principal articulador de uma grande mobilização que envolveu o país em uma cruzada contra a fome. Por sua iniciativa, foi lançada, em 1993, a *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*, rede formada por comitês locais da sociedade civil para angariar alimentos não-perecíveis e combater a fome de brasileiros que viviam abaixo da linha da pobreza. Dez anos depois, o programa *Fome Zero* unificou todos os programas sociais do governo e foi reconhecido por organismos nacionais e internacionais como responsável pela redução de indicadores da miséria. Mas, se esses movimentos ajudaram a revelar uma face invisível do país, formada por pessoas que não se alimentam de forma satisfatória para ter saúde e vida dignas, deixaram uma herança incompleta e uma agenda ampla que está sob ataques, como concluíram os convidados para o evento de abertura conjunta dos programas de pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Icict) e História das Ciências e da Saúde (PPGHCS/Coc), realizada em 4 de abril, quando reuniu uma série de atividades em torno do tema “Fome, epidemia e mobilização social”.

Segundo Daniel Souza, filho mais velho de Betinho, na década de 1990 a fome ainda era entendida como um fenômeno natural e consequência inevitável do desenvolvimento. Mesmo assim, o seu combate não despertava reações contrárias, o que, de acordo com Daniel, fez com que a causa fosse utilizada para dar o pontapé à campanha da Ação da Cidadania. “Não havia resistências e a fome tinha um forte poder atrativo. Era um tema que ninguém poderia ir contra”, contou. Ele revelou que a campanha pretendia atingir outros temas também relevantes, como o do acesso à terra. Em 1995, por exemplo, o movimento defendeu “terra para plantar e morar” como forma de acabar com a fome e criar empregos no país. “Nós chegamos

a investir posteriormente em assuntos que levassem à reflexão e revelassem as desigualdades de acesso no país. Mas não houve apoio quando tentamos tratar de reforma agrária ou de emprego. Não deu”, recordou ele, denunciando que esta “agenda inconclusa” vem sendo sistematicamente atacada pelo avanço de um pensamento direitista e neoliberal apoiado pela mídia.

Daniel aposta que, com os atuais dispositivos de comunicação, as pautas da Ação da Cidadania teriam avançado. Mesmo assim, e contando apenas com a TV Globo, hegemônica na época, ele acredita que foram promovidos “milagres com a iniciativa de Betinho”. Por isso, ele considera fundamental a participação nas manifestações em defesa da democracia no processo do impeachment da presidenta Dilma já que cria “uma massa” em defesa da democracia no país. E, hoje, com a possibilidade de os jovens usarem as redes sociais, Daniel acredita que é possível avançar em pautas que foram rejeitadas pela grande mídia na época da campanha da Ação para a Cidadania. “Imagino o que o Betinho e o Henfil [*Henrique de Souza Filho, Henfil, cartunista, irmão de Betinho*] não fariam com o Twitter... Lembrem-se, os próximos meses que viveremos nesse país serão lembrados por todos nos próximos 30 anos, para o bem ou para o mal”, profetizou. Para ele, o momento pede uma conciliação que será impensável em futuro próximo. “É preciso agora defender o estado democrático de direito”, garantiu.

O sanitarista José Carvalho de Noronha, pesquisador do Laboratório de Informação em Saúde (Lis/Icict), destacou que a luta de Betinho mostrou que a mobilização tem consequências diretas sobre as políticas públicas fazendo com que as coisas aconteçam. Em sua avaliação, a figura do sociólogo faz falta nesses dias em que há uma crise de representação e de lideranças. “Vivemos a ameaça dos direitos civis conquistados”, criticou, ressaltando a tentativa de desconstrução do pacto constitucional firmado em 1988. “Hoje, as correntes fascistas, como a de Bolsonaro [*deputado Jair Bolsonaro, PSC-RJ*], e as correntes pseudo-iluministas, do Serra [*O senador José Serra (PSDB-SP), atual ministro das Relações Exteriores*] alegam que a Constituição não cabe no orçamento da União. Há uma agenda latino-americana de desmonte dessa pactuação social que vai levar à inibição e à desarticulação dos movimentos espontâneos, como as jornadas de junho de 2013, com apoio dos grandes meios de comunicação”, alertou. O pesquisador ressaltou que Betinho tinha a sensibilidade de entender e ser permeável ao diálogo e de tentar “afirmar uma Constituição que já começou a ser implodida logo após sua promulgação”.

Entre as lutas empreendidas pelo sociólogo e destacadas por Noronha, estão a fundação da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), em 1986, que teve um papel de vanguarda nas questões relacionadas ao HIV e aids. Hemofílicos, Betinho e seus irmãos Henfil e Chico Mário contraíram o HIV por meio de uma transfusão de sangue. Além disso, ele citou sua luta pública pela não comercialização do sangue que colocou o Estado como o único provedor desse serviço, na década de 80, e levou ao fim dos bancos de sangue particulares e à proibição da doação remunerada, que reforçava a epidemia de aids e dizimou milhares de vidas [*Radis 40 e 72*]. Ele lembrou, também, seu papel na criação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), uma organização de cidadania ativa, sem fins lucrativos, com histórico ligado à redemocratização do Brasil. Noronha enfatizou que Betinho “foi a organização de uma capacidade produtiva para a garantia da universalidade e da equidade”.



## SUPERAÇÃO DA POBREZA


A trajetória de lutas sociais contra a fome foi também resgatada pelo economista Francisco Menezes, coordenador do Ibase e consultor do Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas (ONU). Chico Menezes, como é conhecido, atuou ao lado de Betinho na militância pelo combate à fome, sob a ótica da defesa dos direitos universais. Em sua abordagem, ele realçou pontos da trajetória das lutas sociais de combate à fome até sua incorporação como política de Estado. “No Brasil, a fome e a pobreza estão associadas. Alguns países são incapazes de produzir alimentos, o que não ocorre no Brasil”, disse, ao reforçar que as situações de desabastecimento ocorridas na história se deram devido a prioridades equivocadas. Corroborando a fala de Daniel, Chico disse que durante muito tempo a fome foi entendida como um destino a que estava fadada uma parte da população. “Era algo natural, uma fatalidade a qual não se poderia atuar ou superar”, reforçou. Ele pontuou também que brasileiros como o geógrafo e médico Josué de Castro [Radis 158], que classificava a fome como obra dos próprios homens, procuraram desmitificar essa falsa premissa.

Em seguida, Chico citou que na passagem das décadas de 1980 e 1990, a redemocratização permitiu que emergissem avanços que visavam promover maior justiça social. Segundo ele, a luta pela Reforma Sanitária, a 8ª Conferência Nacional de Saúde e a criação do SUS inspiraram outros processos emancipatórios. “A Constituição de 88 construiu direitos que não eram reconhecidos, e começou a falar de democracia participativa como parte desses avanços”, recordou. Nesse sentido, ele disse que o combate à fome e à pobreza estiveram atrelados à mudança da estrutura social.

Chico revelou, ainda, que Betinho nunca aceitou a naturalização da fome. “Ele dizia que, se o governo não fizesse, nós deveríamos fazer com as nossas próprias mãos”, revelou. Para ele, a mobilização da Ação da Cidadania foi fundamental para sedimentar passos que seriam dados posteriormente. “A Ação estava plantando o futuro que depois iria ocorrer”, disse, fazendo referência ao estabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 1993, pelo presidente Itamar Franco [PTB, 1992–1994]. O Consea foi extinto em 1994, no governo de Fernando Henrique Cardoso [PSDB, 1995–2003], e incorporado aos programas do Comunidade Solidária. Depois, foi recriado em 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva [2003–2011]. Chico contou, ainda, que, em 2006, Lula sancionou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) transformando o acesso à alimentação um direito fundamental.

Chico avaliou que depois da morte de Betinho, em 1997, a sociedade já tinha uma dimensão mais clara do problema da fome. Por isso, ao comparar os cenários de criação da Ação da Cidadania e do Fome Zero, ele indicou que, no momento de criação do segundo programa já havia maior disposição de intervenção na situação por meio de políticas públicas. Para ele, embora a denominação “Fome Zero” não tenha persistido, essa prioridade foi reafirmada já que a fome passou a ser um tema transversal de outras políticas como a da agricultura familiar, alimentação escolar, transferência de renda por meio do Bolsa Família, recuperação do salário-mínimo e a redução do desemprego combinado com o crescimento econômico, ocorridas no início da década de 2000.

Porém, para Daniel, juntamente com a elevação financeira deveria ter havido a conscientização política. “Tiramos da miséria 32 milhões de consumidores. O resultado é que na hora em que as pessoas perdem os seus bens, elas se voltam contra o governo”, refletiu.

Chico avaliou ainda que a trajetória de combate à fome deixou um legado positivo ao valorizar a alimentação como um direito básico humano, a gestão intersectorial no pensamento de políticas públicas e a participação social, ponto que ele considera essencial para respaldar decisões e fortalecer o movimento. “Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome Mundial”, afirmou, destacando que o processo de mobilidade social foi fundamental para essa conquista que, agora, se depara com riscos institucionais. “Chegamos no topo daquilo que poderíamos alcançar sem incomodar muito as elites”, disse, revelando que acredita na politização desses novos protagonistas que se tornaram “sujeitos de direitos”. “Eles não são mais os mesmos”, avaliou, vaticinando que, diante de um cenário de avanço da política conservadora, “esses direitos não serão entregues assim tão facilmente”. 


Nos anos 1990, 54 milhões de brasileiros viviam a fome, realidade modificada com a edição de programas sociais como o Bolsa Família



Capo | População em situação de rua

À MARGEM DE  
DIREITOS  
EFETIVOS





Cerca de 50 mil brasileiros ainda não têm a garantia de serviços básicos e são vítimas de estigmas que ameaçam sua saúde

REPORTAGEM  
Adriano De Lacerda

FOTOGRAFIA  
Eduardo de Oliveira

ARTE  
Felipe Plavsko

**E**las estão presentes em quase todos os centros urbanos, apesar de ainda permanecerem invisíveis como destinatárias de políticas públicas efetivas; vistas como desocupadas, criminosas e marginais, as pessoas que vivem em situação de rua são vítimas de estigmas variados, alvo de violações de direitos e atingidas constantemente pela violência praticada por cidadãos e até por agentes públicos. Relatório produzido em 2015 pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas considera que a falta de moradia adequada constitui grave violação dos direitos humanos, já que interfere na garantia de outros fundamentais para a manutenção de uma vida digna, como segurança e saúde; o documento também relaciona o crescimento da população em situação de rua, em todo o mundo, ao aumento das desigualdades.

No Brasil, apesar da falta de uma política censitária para esta população, estima-se que haja 50 mil pessoas vivendo sem a proteção física e simbólica de uma casa, situação que demanda enfrentamento intersetorial e convoca à ação setores como saúde, assistência social, habitação e segurança pública. Para vencer o desafio, pesquisadores apontam para a heterogeneidade de pessoas e espaços, operadores do direito conclamam compromisso do poder público e ativistas reivindicam escuta qualificada para suas necessidades e melhor diálogo com outros movimentos sociais. *Radis* entrevistou pessoas que vivem (ou viveram) nesta situação para entender como sobrevivem e como buscam a efetivação de sua cidadania; também convocou gestores, profissionais e militantes para que apontassem caminhos para promover saúde neste cenário complexo, onde a proteção da vida humana muitas vezes se resume a um mero anteparo de papelão.

## PÉ NA ESTRADA

O batom vermelho brilha na boca retraída, contrastando com o desconforto presente no olhar. Talvez seja cansaço, talvez falta de esperança, mas está claro que Helen não quer estar ali, tão longe de casa, ainda tão distante de seus sonhos. De mãos dadas, ela e o companheiro Ivan mantêm-se juntos e quietos, olhos atentos ao redor, enquanto aguardam o fim dos discursos inflamados e comprometidos proferidos na Praça do Trabalhador, no setor central de Goiânia. O calor impaciente, mas a possibilidade de garantir um almoço gratuito e ainda discutir os problemas que enfrentam no cotidiano é bem atraente para quem vive há dois meses em situação de rua. No entanto, é preciso voltar um pouco no tempo para explicar como Helen e Ivan chegaram ali e o que faziam a mais de 3 mil quilômetros de onde nasceram naquela manhã ensolarada de 25 de fevereiro, em pleno Planalto Central.

Em 2015, Helen Dolzane ainda vivia às voltas com o seu nome masculino de batismo, em Manaus, quando decidiu dar as costas para o conturbado convívio familiar. Transexual, sobrevivendo da prostituição, era ela que pagava o aluguel da família, mesmo já tendo sido expulsa de casa, por não aceitarem sua identidade de gênero. Naquele momento, ela decidiu tentar vida nova com o namorado, o mototaxista Ivan Vieira dos Santos, longe dali. Embarcaram primeiro para Rio Preto da Eva, no interior do Amazonas, e depois rumo a Belém, de barco, com o objetivo de chegar a São Paulo, onde Helen realizaria o grande sonho de aplicar silicone nos seios. Na capital paraense, foram roubados e perderam tudo. Sem dinheiro e sem documentos, passaram a fazer bicos e caíram na estrada novamente. Desde então, vivem literalmente nas ruas. Em dois meses, de ônibus ou de carona, passaram pelo Maranhão, tentaram viver em Tocantins e estavam em Goiânia, no momento em que o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) comemorava seu primeiro ano de existência na cidade.

É neste contexto que Ivan, Helen e muitas outras pessoas estão enfrentando o intenso calor que faz na Praça do Trabalhador, sob os toldos montados ao lado do antigo prédio de uma estação ferroviária. O encontro também reúne autoridades, profissionais e representantes de instituições e entidades que cuidam desta população na cidade e no estado de Goiás, além de representantes do poder judiciário e do MNPR, vindos de vários estados brasileiros. Reunidos, eles discutem estratégias de cuidado e de emancipação das populações vulneráveis e preparam o 3º Seminário Povos de Rua — Políticas públicas para a população em situação de rua pensadas em uma perspectiva intersetorial, previsto para o dia seguinte, na Câmara Municipal de Goiânia. Ao redor, estandes institucionais oferecem cortes de cabelo, distribuem material educativo sobre saúde e emprego, enquanto profissionais anotam os dados dos interessados em receber novos documentos; em um ônibus adaptado, um grupo presta atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, onde se lê, no lugar da plaqueta de destino, a palavra “acolhimento”.

## EFETIVAÇÃO DE DIREITOS

“Não há como negar nossa existência; a nossa luta, hoje, é pela efetivação das políticas públicas e pela não violação de direitos que as pessoas em situação de rua sofrem o tempo inteiro”, discursa, animada, Maria Lúcia Santos Pereira, coordenadora do MNPR em Salvador e integrante do Conselho Nacional para o Acompanhamento e Monitoramento da Política de Pessoas em Situação de Rua, ao receber os participantes. Em entrevista posterior concedida à *Radis* (veja na página 24), ela contou que o movimento foi criado em 2005, depois do episódio que ficou conhecido como Massacre da Sé — em 19 e 22 de agosto daquele ano, 15 pessoas foram atacadas quando dormiam na Praça da Sé, região central de São Paulo; destas, sete morreram.

Onze anos depois, o MNPR tem representantes em quase todos os estados do país, 17 deles presentes em Goiânia, cidade marcada pela violência praticada contra as pessoas que vivem em situação de rua. Somente em 2013, 41 delas foram assassinadas na capital goiana; em todo o Brasil, foram 195 no primeiro semestre daquele ano, segundo relatório divulgado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Na cartilha *Conhecer para lutar*, o MNPR enumera as principais violações de direitos sofridas por quem vive em situação de rua: chacinas e exterminios; espancamentos e retirada de pertences; ataques com jatos de água, coação e agressão verbal; detenção por vadiagem, impedimento de acessar serviços e espaços públicos e expulsão das regiões centrais das cidades, além de proibição de doações, cadastro e abrigamento obrigatórios, apreensão de documentos e o não atendimento pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

“Como garantir dignidade se os serviços básicos não são respeitados?”, questionou Eduardo de Matos Cheruli, coordenador do movimento em Goiânia, reivindicando maior envolvimento dos poderes públicos. “A rua está fazendo seu papel; chegou a hora do Estado fazer o mesmo”, cobrou das autoridades, no momento em que a prefeitura de Goiânia e o governo de Goiás aderiam à Política Nacional para a População em Situação de Rua, durante o seminário. Criada pelo decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009, a política tem como primeiro objetivo “assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda” e prevê que sua implementação será descentralizada e articulada, a partir da adesão de estados e municípios.

Em quase sete anos de vigência, no entanto, apenas Acre, Bahia, Minas Gerais e São Paulo firmaram compromisso com a lei, como informou Leda Borges, titular da Secretaria Estadual da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho, ao formalizar a assinatura, garantindo o compromisso de apoiar os municípios na execução de ações integradas, como a criação de um comitê intersetorial para tratar do

“NÓS NÃO QUEREMOS MAIS  
SER APENAS OBJETOS DE  
PESQUISA DE UNIVERSIDADE.  
OBJETOS SÃO MANUSEADOS,  
MUITAS VEZES QUEBRADOS  
E JOGADOS NO LIXO.”

assunto. Entre as ações previstas no decreto, estão, além da formação de comitês, a capacitação de profissionais e gestores para atuar no desenvolvimento de políticas públicas para esta população, a contagem de quantas pessoas vivem nesta situação, o desenvolvimento de ações educativas que “contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade” com elas e até a articulação entre o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o SUS de modo a qualificar a oferta de serviços.

### CONHECER PARA INCLUIR

Na prática, ainda há muito a se fazer, aponta Anderson Miranda, coordenador do MNPR em São Paulo e integrante do Conselho Nacional de Assistência Social. “Política é que nem feijão; só se cozinha na pressão”, provocou o público que o assistia no auditório da Câmara Municipal de Goiânia. Ele criticou a falta de dotação orçamentária para a legitimação de políticas públicas e alertou para o risco que corre a efetividade de qualquer ação, no caso de a população em situação de rua não ser incluída no seu planejamento e na sua execução. “Nós não queremos mais ser apenas objetos de pesquisa de universidade. Objetos são manuseados, muitas vezes quebrados e jogados no lixo”, criticou, lembrando que pesquisas são ineficazes quando, por exemplo, não levam em consideração as especificidades das pessoas em situação de rua.

Anderson apresentou como positiva a experiência que vem sendo desenvolvida na cidade de São Paulo — um censo anual, com a participação remunerada de moradores de rua, que fornece subsídios para o comitê intersetorial que reúne nove secretarias municipais — e deu ênfase a sete projetos do município de economia solidária, abertos à participação das pessoas em situação de rua. Ex-catador de lata e “cozinheiro explorado”, como se apresentou, o ativista demandou do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a inclusão do grupo em sua próxima contagem da

população, para que haja uma política mais incluyente. “Quando a gente não sabe dos dados é que há exclusão”, justificou.

Hoje, o que existe é a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2007 e publicada no ano seguinte, e uma demanda do Comitê Nacional da Saúde da População em Situação de Rua para que o próximo Censo do IBGE, previsto para 2020, pesquise estes dados, informou Marcelo Pedra, psicólogo e sanitarista do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Ele informou à *Radis* que algumas cidades já fazem uma estimativa, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, mas reconheceu que é muito difícil conduzir uma política pública sem informações atualizadas e consistentes sobre a população. Recentemente, Goiânia também fez um levantamento piloto, em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG). Dados do MNPR dão conta de crescimento da população, estimada em 50 mil pessoas em todo o país.

As cobranças feitas pelos integrantes do MNPR são endossadas pelo promotor Eduardo Prego, coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e do Cidadão (CAODHC), em Goiânia. Para ele, o protagonismo das pessoas que vivem em situação de rua possibilita que o poder público consiga aliar previsões legais às necessidades desta população, fazendo com que se saia “da morosidade e do estado de omissão”. Para isso, é essencial também garantir recursos financeiros. “Não basta apenas garantir previsão legal, fazer previsão de direitos, é necessário dinheiro para que as políticas saiam do papel”, disse o procurador.

“Comprometimento é a palavra-chave”, considerou a procuradora Ivana Farina, vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), ao conversar com a *Radis*. Para ela, efetivar a política pública, que é fruto da mobilização do movimento social, demanda um outro movimento, desta vez de agentes e setores do poder públicos





responsáveis por ações e deveres que ainda não são cumpridos. Ela apontou como ação prioritária o censo — “O Brasil ainda não conhece a população em situação de rua. Não há como atender uma demanda que não é conhecida” — argumentando que os problemas identificados pelo movimento social representam apenas uma parte de questões coletivas mais complexas, que o Estado tem a obrigação de procurar conhecer. Ivana citou como exemplo as necessidades de saúde específicas desta população, nem sempre previstas pelas normas que regem o funcionamento do SUS (veja texto na página 25). Outras prioridades, segundo a procuradora, são a política de identificação civil e a garantia de alimentação adequada. Em sua opinião, o registro destas pessoas deve ser feito de forma diferenciada, já que as práticas de contagem são baseadas na existência de um domicílio.

### ESCUA QUALIFICADA

Também necessidade identificada por Ivana é a capacitação de agentes públicos para o trato com estas pessoas. “Nós temos um problema sério com a abordagem policial em todo o país”, revelou Ivana, criticando o discurso que alega que direitos humanos são direitos de bandidos. “Esse discurso quer colocar uma nuvem sobre a verdade dos direitos humanos, que são a vida, a saúde, a segurança e a educação”. Para enfrentar e vencer tantos desafios, insistiu a procuradora, somente com compromisso de vários setores do poder público: “A partir do momento em que você reconhece que a dignidade da pessoa humana é fundamento do Estado democrático de direito brasileiro, garantido por força de lei maior, que é constitucional, e você reconhece que esta dignidade afeta todos e todas, você garante que este segmento efetive seus direitos”.

A advertência de Ivana sobre a dificuldade de quem vive na rua ser escutado e levado em consideração encontrou eco em muitos relatos e

situações observados durante os eventos que *Radis* acompanhou em Goiânia. Interrompendo discursos e apresentações, denúncias e desabafos como o de Daniel Paz Santos, de Florianópolis, emocionaram a plateia e motivaram palavras de ordem. Ele alertou para a maior vulnerabilidade das mulheres em situação de rua, ao contar que enquanto as discussões aconteciam na Câmara Municipal, a poucos metros dali uma mulher com deficiência, grávida, havia sido agredida pela Guarda Municipal goiana. “Ela provavelmente terá seu filho tirado dela pelo Conselho Tutelar”, avaliou. Também na plateia, Gleidson Fontes lembrou emocionado como foi violentamente atacado por policiais militares quando descobriram que ele ocupava uma casa abandonada, no interior de São Paulo. Denunciados pela vizinhança, ele e mais duas pessoas nem sabem explicar como escaparam vivos da experiência, acontecida exatamente no dia do seu aniversário.

Para o geógrafo Igor Robaina, professor-adjunto do departamento de Geografia e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (UFF), as pessoas que vivem em situação de rua são, em geral, vistas como “mazela social”, já que aparecem como pontos de desordem nas cidades, organizadas para serem territórios da ordem. Em sua tese de doutorado, “Entre mobilidades e permanências: uma análise das especialidades cotidianas da população em situação de rua na área central do Rio de Janeiro”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2015, Igor avaliou como estas pessoas ocupam e se relacionam com os espaços da cidade.

Durante quase dois anos de pesquisa de campo, o pesquisador observou, nesta área da capital carioca, como se organizavam as práticas de alimentação e consumo de água e os cuidados de si e com a higiene, como se enfrentavam as dificuldades para encarar a noite e conseguir dormir na rua e quais eram as possibilidades de trabalho e

CA DA CAMELIAS, 1203  
JARDIM SOLITUDE - BOM CANTO  
CEP 332549-221



também de lazer das pessoas que vivem em situação de rua. Igor fez mais de uma centena de entrevistas, que revelaram um perfil heterogêneo de moradores, e também de estratégias de sobrevivência diante das adversidades.

Das conclusões encontradas, Igor destacou que as pessoas que vivem no ambiente pesquisado por ele mais se preocupam com sua proteção pessoal noturna — foi exatamente neste território que aconteceu a Chacina da Candelária, em 1993, quando oito jovens em situação de rua foram assassinados por policiais militares, nas proximidades da Igreja da Candelária. “Como eles mesmos me relataram, ninguém ‘cai’ à noite em qualquer lugar”, explicou Igor, com exceção daquelas pessoas que se excedem no consumo de álcool e/ou drogas ou têm mobilidade reduzida. Para os demais, esta é uma questão essencial de segurança, que enfrentam se reunindo em grupos grandes em lugares de grande movimentação ou, ao contrário, dormindo sozinhos em lugares totalmente isolados, longe da vista de quem circula. Também é comum, na tentativa de minimizar riscos, que optem por não dormir à noite ou, ainda, se refugiar em unidades de saúde que funcionam na madrugada, como as Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs) ou os hospitais públicos de grande porte — apesar de sua grande resistência aos equipamentos públicos.

Igor descobriu que, ainda que uma das estratégias de proteção desta população seja procurar se mimetizar com a cidade, disfarçando sua presença por meio de roupas rasgadas e empoeiradas, exalando odores ou escondendo-se por trás de papelão, é um erro considerar que não têm preocupação com a higiene. “Viver no espaço público é complicado. É difícil manter-se limpo”, justificou. Neste quesito, chamou atenção para a relação simbólica que elas desenvolvem com seus poucos pertences e com o espaço que escolhem para se instalar, questões que devem ser levadas em consideração na execução de qualquer política pública. Ele alerta que apesar de a grande maioria das pessoas não ter “escolhido” viver na rua (98% relataram o desejo de sair desta condição adversa), para muitas delas é neste mesmo espaço que garantem o seu sustento, fato que dificulta ações que visam à remoção destas pessoas para abrigos que ficam distantes do lugar onde vivem. “A dimensão espacial é uma variável essencial para as políticas públicas”, defendeu o pesquisador, alertando para o risco de ignorar contextos e cair no assistencialismo permanente.

### RISCOS À NOITE

Rosane de Souza Virginio de Assis e Leonardo Perciliano vivem na região central do Rio de Janeiro e confirmam alguns achados da pesquisa. Eles se conheceram na praça da Cinelândia em abril, mas estão nas ruas há muitos anos. Após escovarem os dentes em frente a uma banca de jornal, lugar que escolheram para dormir, revelam desconfiados um

pouco da sua história. Ele saiu de Bangu (bairro da zona oeste do Rio) aos oito anos de idade e hoje, aos 31, sobrevive vendendo biscoitos e pipocas. Ela veio de Manaus ainda criança, fugiu do assédio sexual do padrasto, largou o companheiro que a espancou por décadas e, aos 52 anos, suspirava novamente por um amor. “Morador de rua também ama”, disse, olhos marejados, olhando para Leonardo, “que me protege”.

Para Rosane, o pior momento do dia é quando anoitece e as pessoas estão indo para suas casas e passam por ela, sem vê-la. Juntos, os dois contam que muitas vezes trocam o dia pela noite, sem dormir, mas sempre se recusam a ir para abrigos. “São fechados que nem cadeia, misturam gente saudável com gente doente, como se a gente fosse bicho”, reclama Leonardo. Em Goiânia, Helen e Ivan também relataram dificuldades: para eles, pior que um dia sem banho ou um período com fome é não descansar de verdade. “No começo é mais difícil; depois a gente vai se acostumando, descobrindo onde buscar comida e procurar ajuda. Mas dormir nunca é tranquilo”, conta Helen, já na fila do almoço. Ela se despede da reportagem com um sorriso discreto, pedindo que seja avisada da sua publicação em sua conta na rede social Facebook. No Rio, o encontro termina com Rosane pedindo que registre seu maior desejo, naquele momento: casar com Leonardo e ter “seu cantinho”, esquecendo que um dia passaram por isso. No fundo, o que Helen, Ivan, Leonardo e Rosane reivindicam é serem sujeitos de seus direitos, atendidos em suas necessidades e tratados com dignidade. “Meu sonho é ver o movimento tão forte, mas tão forte, que não tenha mais necessidade de existir”, relatou Maria Lúcia, no seminário, em Goiânia. O que ela reclama se traduz no desejo de todos os outros — serem vistos (e tratados) como qualquer outro cidadão, sem a necessidade de buscar abrigo e proteção nos frágeis disfarces da peira ou do papelão.



66 O BRASIL AINDA NÃO  
CONHECE A POPULAÇÃO  
EM SITUAÇÃO DE RUA.  
NÃO HÁ COMO ATENDER  
UMA DEMANDA QUE NÃO  
É CONHECIDA. ♪



\* ENTREVISTA \*

MARIA LÚCIA DOS SANTOS PEREIRA

POR UM OLHAR  
MAIS  
HUMANO

Ela foi convidada para representar o Brasil na reunião do Conselho dos Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas (ONU), que aconteceu em Genebra, na Suíça, no começo de março. Na pauta do encontro, uma discussão sobre as recomendações da Relatoria Especial de Moradia Adequada, que atestam como a falta de moradia adequada constitui uma violação dos direitos humanos. Aos 48 anos, 16 anos deles vividos nas ruas, a coordenadora do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua (MNPR) na Bahia considerou o convite um reconhecimento de sua militância e aproveitou a oportunidade para dar maior visibilidade à luta que trava contra a violação de direitos, aqui no Brasil. Em fevereiro, antes de embarcar, ela conversou com a *Radis* em Goiânia, quando revelou estratégias de militância e criticou os preconceitos que sofrem, inclusive dentro dos movimentos sociais. Em relação à saúde, desabafou: “Precisamos voltar a ter um olhar mais humano”.

### **Qual é a principal reivindicação do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua hoje?**

A nossa luta é sempre por políticas públicas. Antes, a nossa questão era pela visibilidade das pessoas que vivem na rua. Hoje, não há mais como dizer que não existimos. Nossa luta agora é pela efetivação das políticas públicas e pela não violação de direitos que as pessoas em situação de rua sofrem o tempo inteiro.

### **Das políticas públicas, qual você considera mais frágil e merece mais atenção?**

Todas! Quando nós optamos por estar na Secretaria de Direitos Humanos foi por entender que a violação de direitos é tamanha e acontece em todos os espaços que apenas os direitos humanos dariam conta. E também para tirar esse estigma que nós somos um problema de assistência social — ou apenas da polícia. Na área da saúde, ainda hoje poucas pessoas conseguem ter acesso, entrar minimamente nos postos de saúde para serem atendidas; mulheres grávidas em situação de rua não conseguem nem fazer o pré-natal, e muitas delas têm medo de ter seus filhos nas maternidades e os perderem para o Conselho Tutelar. Na habitação, nós não temos direito nem a um aluguel social nem de participar de programas como o *Minha casa, minha vida*; a assistência social, que sempre diz que é o guarda-chuva de tudo, ainda consegue ser muito negligente em muitas questões.

### **Que questões?**

Muitas vezes abrem equipamentos de acolhimento, como um Centro Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), mas não enxergam o que acontece lá dentro, no dia a dia. Colocam muitas vezes profissionais que não

são capacitados, que não têm sensibilidade para tratar com as pessoas, que não sabem fazer uma escuta qualificada. E ainda ficam achando que sabem o que é melhor para o outro. Quem sabe o que é melhor para o outro é quem vive a situação! Muitas vezes o profissional não quer nem ouvir o que temos a falar. Na segurança pública, moradores em situação de rua são assassinados, são espancados diariamente. Todas as políticas públicas são muito frágeis. Além disso, não somos contados pelo IBGE, então a gente não existe. Pobreza dá lucro. Se realmente existisse o desejo de efetivar estas políticas, estaríamos em um patamar diferente!

### **Qual o maior desafio para mobilizar as pessoas?**

Primeiro a gente precisa trabalhar com eles a autoestima. Quando eles chegam à situação de rua, não acreditam mais em si mesmos e escutam todos os dias que não são mais capazes, que são vagabundos, que não prestam. Então eles interiorizam isso. O papel do movimento, antes de fazer capacitação política, antes de mostrar que eles são sujeitos de direitos, é dizer justamente que eles são seres humanos, pessoas que podem mudar suas vidas. Este talvez seja o nosso maior desafio.

### **O que falta no atendimento à saúde?**

Eu acho inconcebível que a gente precise capacitar e sensibilizar profissionais para dizer que todas as pessoas têm direito à saúde. Mas o que nós vemos, infelizmente, é uma quantidade muito grande de pessoas que não tem sensibilidade para lidar com as pessoas em situação de rua; que julgam, têm nojo. Nós compreendemos que o dinheiro pago é pouco, que existe uma precarização na infraestrutura da própria saúde, mas isso não significa não olhar o outro como ser humano. Os profissionais não estão enxergando isso. A gente precisa voltar a ter esse olhar mais humano.

### **Como é enfrentar preconceito diariamente?**

É muito complicado. O maior algoz da população de rua é a própria sociedade. Ela não consegue nos enxergar como seres humanos. O que existe nas ruas hoje em dia é a sobra de todos os outros movimentos sociais. Nós somos 70% negros: cadê o movimento negro que não consegue conversar conosco? Nós somos uma infinidade de LGBTs na rua: o movimento LGBT não consegue dialogar conosco. Nós somos idosos. Onde é que o Estatuto do Idoso dialoga com a população em situação de rua? Nós somos pessoas com deficiência: cadê as leis para conversar conosco? Somos nós que estamos nas ruas. Nós somos mulheres, vítimas de violência doméstica, que a Lei Maria da Penha não conseguiu proteger ainda. Então eu digo a você que, se o movimento negro, a luta LGBT, o estatuto dos idosos trabalhasse conosco, o movimento das pessoas em situação de rua não precisaria existir.



# VULNERABILIDADE para além da caridade



As questões ligadas à saúde da população em situação de rua são muito mais complexas do que é possível ver nas praças e calçadas dos centros urbanos. Para começar, estas pessoas vivem em condição de vulnerabilidade, reforçada pela desigualdade de acesso aos direitos fundamentais e pelo estigma que acompanha sua condição — o que as afasta das condutas saudáveis e também dificulta seu acesso aos bens, programas e serviços de saúde. “O reconhecimento dessas pessoas como cidadãos de direitos é recente e ainda não é acolhido na sociedade”, adverte o texto da cartilha *Saúde da População em Situação de Rua: um direito humano*, lançada em 2015 pelo Ministério da Saúde. O material educativo, destinado a sensibilizar gestores e profissionais de saúde, reforça que até 2009, ano em que foi aprovada Política Nacional para a População em Situação de Rua, as ações do Estado e da sociedade civil destinadas a este público se baseavam em uma ótica assistencialista e higienista, sem levar em consideração suas especificidades e a importância da participação social na efetivação dos direitos e da cidadania.

A política de 2009 caracteriza como população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular; são pessoas que utilizam logradouros públicos e também áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento — de forma temporária ou permanente — bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. A legislação determina ainda “assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas”, incluindo-se saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda. Estimativa de 2007, do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), revelou os principais motivos que levaram às ruas cerca de 50 mil pessoas no Brasil, quase de maneira igualitária, foram desavença familiar, uso de álcool e outras drogas, além de desemprego.

## CUIDADO NA RUA

Como encarar o desafio de oferecer saúde para uma população com tamanha vulnerabilidade e inúmeras especificidades? Em nota enviada à *Radis*, o Ministério da Saúde informou que, apesar de não haver restrição no atendimento dessas pessoas em qualquer unidade ou serviço do SUS, a principal oferta de cuidado integral para quem está nesta situação são as 148 equipes de Consultório na Rua (CnaR), cujo processo de trabalho é organizado para acolher e orientar o acesso e o cuidado a estas pessoas a partir de suas necessidades e os equipamentos existentes no território.

O psicólogo e sanitarista Marcelo Pedra, do Departamento de Assistência Básica (DAB/MS), esclareceu à reportagem que a política trata não somente daqueles que moram na rua, mas também “de quem faz da rua seu lugar de produção de vida”. Ele informou que os CnaR,

instituídos em 2011, resultam da fusão de duas experiências anteriores: as equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) que atendiam a população sem domicílio em cidades como Belo Horizonte e Porto Alegre, e os Consultórios na Rua, extensões de programas de saúde mental cujo objetivo era prioritariamente vincular usuários à rede de serviços. Hoje, os CnaR são equipes multiprofissionais, compostas por médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, dentistas, educadores físicos, além de técnicos de enfermagem e de saúde bucal e agentes sociais, divididos a partir de três modalidades de implementação.

“São equipes que prestam assistência direta ao usuário, assim como qualquer outra equipe de Saúde da Família”, explicou Marcelo, avaliando que o campo de atuação, por ser novo, exige dos profissionais uma reflexão maior sobre suas práticas. Ele colocou que a dupla origem dos CnaR pode trazer alguns vieses: algumas equipes, muito ligadas à lógica da saúde mental, podem privilegiar a produção psíquica do sujeito e negligenciar a atenção para problemas como hipertensão arterial — recorrente em uma população que é, na sua maioria, negra (mais propensa ao problema) e usuária de álcool, dois fatores que agravam a situação; por outro lado, pode haver outras, mais ligadas à tradição biomédica de extirpação de sintomas, que podem minimizar a importância do contexto da população com quem trabalha. Marcelo avaliou esta tensão como positiva, já que induz os profissionais a qualificarem suas práticas. Ele reforçou a ideia que o objetivo da estratégia é garantir resolatividade, algo que vai além do fato de vincular o sujeito aos serviços: “Vínculo não é objetivo final; vínculo é instrumento do cuidado”, problematizou.

### REDUÇÃO DE DANOS

A preocupação do DAB está baseada em relatórios enviados pelas equipes ao Sistema de Apoio a Pesquisa e Estatística (Siapes) entre 2002 e 2015, cujos números revelam um grande número de encaminhamentos para outras unidades e/ou equipes da Atenção Básica. O desafio, aponta Marcelo, é melhorar a resolatividade. “O processo de trabalho do Consultório na Rua não está pautado pela resolatividade, mas pela articulação de acesso à rede”, explicou, lembrando que, estando numa equipe de CnaR, enfermeiro tem que realizar exame Papanicolau, médico fazer manejo de HIV e psicólogo estar preparado para lidar com usuário de álcool e outras drogas no próprio território, e não somente encaminhar estes problemas para outras unidades. Sobre a política de redução de danos, prevalente na condução dos trabalhos das equipes de CnaR, Marcelo alertou que a redução é apenas uma diretriz que orienta a relação que deve ser estabelecida entre profissional, usuário e território, mas que não deve ser encarada como “estratégia instrumental de substituição”.

Integrante de uma equipe de Consultório na Rua que atua no bairro de Brotas, em Salvador, o médico de família e de comunidade Fernando Meira é um defensor da redução de danos: “Somos ensinados que o saber clínico é superior, mas saber importante é aquele adequado à realidade e às condições do território”, disse à *Radis*, durante o 1º Encontro Nacional de Consultórios na Rua e de Rua, que aconteceu em abril, no Rio de Janeiro. Para ele, reduzir o problema de uma pessoa em situação de rua a estar doente ou não estar doente é limitar o cuidado. “Estratégias baseadas exclusivamente em indicadores esquecem a subjetividade”, advertiu, lembrando que a ação do CnaR não pode se pautar apenas nas metas de produtividade estabelecidas por indicadores, mas sim nas necessidades apresentadas pelos usuários e na vinculação que se estabelece com eles. “Números descontextualizados podem esconder a subjetividade dos sujeitos e homogeneizá-los dentro do território. Não podem ser metas a serem executadas independentes da subjetividade”, recomendou.

Para o médico, é preciso também rever a hierarquia existente nas equipes, de modo que saberes e poderes de profissionais, técnicos e outros profissionais possam ser equivalentes. Além disso, advertiu Fernando, é preciso tomar cuidado para que valores morais de integrantes da equipe não guiem as ações de cuidado.

### AUTONOMIA E LIBERDADE

Na pesquisa que resultou na tese de doutorado “Dando uma moral: Moralidades, prazeres e poderes no caminho da cura da tuberculose na população em situação de rua do município de São Paulo”, defendida no início de maio na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (Usp), o jornalista Liandro Lindner também identificou um descompasso entre o que as pessoas em situação de rua e os profissionais que os atendem pensam sobre saúde, doença e cura. Por meio de entrevistas realizadas em CnaR da cidade e em um hospital de referência, em Campos do Jordão, ele identificou que enquanto o “padrão moralista” do profissional de saúde entende a cura como sinônimo de conclusão



do tratamento e o retorno a uma vida “socialmente aceita” — que inclui mudanças de hábitos, inserção no mercado de trabalho formal e até o abandono das ruas —, o usuário somente deseja recuperar um padrão de saúde que o permita retornar a ter a vida de antes.

“O que eles desejam é recuperar o físico para ter acesso ao prazer e a liberdade de viver suas vidas como quiserem”, acentua o pesquisador. Ele acredita ser necessário fortalecer os CnaR, de modo que possam oferecer maior resolutividade (para além do encaminhamento para unidades de saúde) e repensar os critérios de longa internação. “As pessoas se sentem como se estivessem presas, vigiadas. Elas não abrem mão de sua liberdade”, diz Liandro, para quem é preciso ouvir das pessoas que estão nas ruas quais são suas estratégias para promover sua saúde.


Articulador de Consultórios na Rua no Rio de Janeiro, Daniel de Souza, arte-educador, está acostumado a promover esta comunicação entre as equipes e os usuários. Mobilizador da Associação Brasileira de Redução de Danos (Aborda Brasil) e organizador do encontro que houve no Rio, ele disse à reportagem que as pessoas em situação de rua constroem suas vidas a partir de uma outra lógica, da qual dependem muitas questões como segurança, subsistência e condições climáticas, diversas de quem tem um domicílio físico. Por conta de sua constante vulnerabilidade, são pessoas que não estão acostumadas a receber cuidado e demoram a estabelecer vínculos. “Agravos à saúde são a última coisa que pensam. Antes têm que saber como vão trabalhar, se vão comer, se vai chover, se vão sofrer violência”, destacou Daniel.

Neste sentido, criticou a formalidade do uso do Cartão SUS em algumas unidades e a falta de compromisso de alguns profissionais que lá atuam com as pessoas em situação de rua, muitas vezes somente atendidas pelos profissionais de segurança dos serviços ou, no máximo, por atendentes das portarias. A população tem o direito de ser atendida onde estiver. Mesmo sem comprovante de residência, em um lugar próximo ao território onde vive”, reclamou. Também reivindicou um maior acompanhamento dos usuários que são encaminhados para

unidades de saúde, muitas vezes somente assistidos quando presentes profissionais do CnaR. “Nosso desafio é intersetorial”, afirmou.

Intersetorialidade também é preocupação para a psicóloga Mirna Teixeira, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), que organizou, ao lado de Zilma Fonseca, o livro “Saberes e práticas na Atenção Primária à Saúde: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas” (Editora Fiocruz). Para ela, a intersetorialidade é uma questão prioritária, que deve ser prevista pela gestão e não delegada ao trabalhador que está na ponta. Ela lembrou da política “De braços abertos”, da prefeitura de São Paulo (*Radis 158*), que une saúde, trabalho e renda, moradia esporte e lazer. [*Também o Programa Institucional Álcool, Crack e outras Drogas (PACD), implementado pela Fiocruz, em parceria com a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (senad), trabalha nesta perspectiva*]. Mirna também considera importante garantir que o acesso à saúde para as pessoas em situação de rua continue previsto em política pública e investir na melhoria de indicadores, ainda não pactuados na Saúde.

A dificuldade de diálogo entre os setores também é preocupação do movimento social. Eduardo Cherulli, coordenador do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua (MNPR) em Goiás, acredita que a intersetorialidade pode melhorar a vida das pessoas “que vivem entre a técnica do hospital e a pena do abrigo”. Para ele, a saída é investir em acolhimento, postura ainda distante da realidade de muitos usuários e da formação de muitos profissionais. “Falta preparo para o atendimento destas pessoas”, reclamou, no evento que coordenou em Goiânia (veja matéria principal). Isso tanto acontece nos serviços e unidades de saúde como também nas ações de segurança pública, assegurou. “Essa discussão sobre intersetorialidade é antiga”, criticou Maria Lúcia de Souza, representante do movimento na Bahia. Ela propôs, durante o encontro, uma “escuta qualificada”, defendendo o direito à autonomia para promoção da saúde. “Eu levei 25 anos para voltar para o seio de minha família; não será uma consulta de uma hora que me dirá o que fazer”, definiu.

 *Saiba mais +*

**Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**

<http://goo.gl/2XrWPI>

**Pesquisa Censitária Nacional sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**

<http://goo.gl/CpZOW4>

**Cartilha Saúde da População em Situação de Rua**

<http://goo.gl/IOZ3E9>

**Pop Rua**

<http://goo.gl/7XS6ze>

**Plano Operativo de Saúde da População em Situação de Rua**

<http://goo.gl/IH3fFM>

**Consultórios na Rua**

<http://goo.gl/JvtCpD>

**Direitos do morador de rua — Um guia na luta pela dignidade e pela cidadania**

<http://goo.gl/nPXEGk>



# Urgência Democrática

## *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) completa 25 anos e discute o papel da mídia na política brasileira*

Luiz Felipe Stevanim

**A**o ligar a TV ou o rádio, você se depara com uma programação que privilegia o caráter educativo, artístico, cultural ou informativo. As diferentes regiões do país, assim como as crenças, as ideologias e as manifestações culturais são representadas de modo equilibrado e plural. Canais públicos, comunitários e privados possuem o mesmo peso. Concessões de rádio e televisão não são entregues a políticos ou a seus familiares e nem são moeda de troca ou objeto de monopólio ou oligopólio. Esse cenário ideal parece distante da realidade da comunicação no Brasil, mas tudo isso está previsto na Constituição Federal de 1988 e ainda precisa ser colocado em prática, como defendem os militantes que integram o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), movimento social que completa 25 anos – e que realizou sua 19ª plenária nacional, em São Paulo, entre 21 e 23 de abril.

“Não existe democracia plena sem democratização da comunicação”, destacou Rosane Bertotti, integrante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que esteve à frente do FNDC entre 2014 e abril de 2016. Segundo ela, o que se vê nos grandes veículos de mídia é um movimento sistemático para desmerecer toda a forma de mobilização social. “A estrutura de comunicação no Brasil é concentrada e desigual”, acrescentou. Também para Renata Mielli, do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, que assumiu a Coordenação Executiva do FNDC durante a plenária, esse cenário desequilibrado na mídia brasileira tem impacto sobre os direitos humanos. “Quando se tem uma comunicação mais democrática, é possível criar um fluxo de informação e empoderamento da sociedade sobre quais são os

seus direitos”, afirmou à *Radis*.

Para o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Schröder, os artigos que tratam da comunicação social na Constituição de 1988 ficaram como “letra morta”. “Apesar dos avanços que tivemos em várias áreas, como saúde e meio ambiente, na questão da comunicação ficamos com cinco artigos sem regulamentação”, apontou. Uma das bandeiras do FNDC é a criação de uma nova lei de comunicação eletrônica, para atualizar a legislação a respeito de rádio e TV no Brasil, que data de um período anterior à ditadura militar – o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) foi criado em 1962. Para isso, o fórum busca a coleta de assinaturas de apoio ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) a ser apresentado ao Congresso Nacional (*Radis* 131 e 154).

Entre as resoluções aprovadas na plenária está a necessidade de ampliar a luta em defesa da democracia e contra medidas neoliberais, golpistas ou de regressão de direitos. De acordo com o documento referendado no encontro, a luta pela democratização dos meios de comunicação, por mais pluralidade e diversidade na mídia brasileira é estratégica e necessária para a democracia. O manifesto também considera que a disputa de narrativas na sociedade é um elemento importante para enfrentar a onda reacionária e conservadora, que tenta impor uma agenda de ódio e discriminação contra mulheres, negros, índios, população LGBT e direitos sexuais e reprodutivos. Já as alternativas propostas abrangem a defesa da comunicação pública e o fortalecimento da comunicação comunitária, alternativa e independente. Leia o documento completo: <http://www.fndc.org.br/system/uploads/ck/files/planodeacaofndc.pdf>

## LUTA PELA DEMOCRACIA

A luta pela democracia é uma bandeira indispensável. Essa é a defesa da deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP), que coordena a Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular. Segundo ela, a reforma mais urgente para fortalecer a democracia brasileira deve ser a da comunicação. “No dia em que a gente conseguir democratizar os meios de comunicação de massa, em que o povo tenha direito não só de assistir, mas também de se manifestar, de transmitir ideias, valores, concepções e cultura, todas as outras reformas estruturais se farão, sobretudo pela pressão da vontade popular”, defendeu durante ato político pela celebração dos 25 anos do FNDC.

De acordo com a deputada, as raízes da crise política que o Brasil vive estão na ausência de duas reformas essenciais: a mudança nas distorções do sistema político e a democratização da comunicação. Aos 81 anos e com um histórico de luta política, Erundina falou também das dificuldades atuais em enfrentar a agenda conservadora no Congresso Nacional, que ameaça as conquistas democráticas. “Que casa do povo é essa, em que o povo não pode entrar? Quem representa o povo não representa nem a eles mesmos muito menos o povo”, apontou, em crítica às medidas de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) [*Presidente da Câmara afastado por decisão do STF*], que cercearam a entrada e as manifestações na casa legislativa. “Isso só muda com cultura, informação, comunicação e organização dos trabalhadores. Enquanto eu tiver um dia de existência, continuaremos na defesa da democracia e na ampliação e consolidação dessa conquista da sociedade brasileira”, concluiu, emocionada.

## AMEAÇAS À LIBERDADE

As ameaças à liberdade de expressão também foram debatidas no encontro, principalmente os casos de intimidação e violência contra jornalistas e comunicadores. Aos 19 anos de idade, Samuel Januário conhece essa realidade de perto. Estudante de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Goiás (UFG) e autor do blog “Voz sem Nome”, o jovem foi preso durante a ocupação da Secretaria de Educação do estado de Goiás por filmar atos de violência da Polícia Militar contra estudantes e professores que participavam da manifestação. “Fica a pergunta: se eu estava lá só para filmar, para fazer o contraponto e dar voz aos movimentos sociais, por que eu precisava ser preso?”, questiona.


Violações graves contra comunicadores são crescentes no Brasil, como aponta um relatório sobre o ano de 2015 publicado pela ONG Artigo 19 (03/05). O levantamento registrou a ocorrência de 22 ameaças de morte, sete tentativas de

assassinato e seis homicídios cometidos em função do exercício da liberdade de expressão no Brasil somente no ano passado. Os 35 casos registrados representam um aumento de 67% em relação a 2014. O relatório considera ataques não apenas a jornalistas, mas também a outros comunicadores, como radialistas, blogueiros, fotógrafos e midialivistas (ativistas que realizam cobertura midiática) e destaca os casos mais graves, que representam ameaça à vida.

O motivo mais frequente das agressões se refere a denúncias feitas por esses comunicadores a respeito de irregularidades na gestão pública (60%). Já críticas ou opiniões emitidas motivaram 23% dos casos. O Nordeste foi a região com o maior número de casos (20). O relatório considera 2015 como um ano complicado para aqueles que exercem a liberdade de expressão, assim como para pessoas que defendem os direitos humanos. Em contraponto a esse cenário, Samuel considera que o exercício da liberdade não pode se intimidar. “A juventude deve participar das mídias alternativas, como uma forma de mostrar a voz das periferias e dos excluídos”, afirma.

## SUS E COMUNICAÇÃO

As políticas de comunicação têm grande peso sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). É o que destaca Rodrigo Murtinho, vice-diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), que participou da plenária do FNDC como delegado pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes). “Um dos grandes entraves que temos para a consolidação de um sistema público de saúde no país é a desconstrução que os meios de comunicação fazem do SUS cotidianamente”, reflete. Na sua compreensão, o discurso único de desvalorização dos serviços públicos, promovido pela mídia comercial, precisa ser substituído por um sistema de comunicação mais democrático, que permita a expressão da pluralidade e da diversidade de vozes no debate público.

“A história do SUS contada pelos meios de comunicação é uma história que omite os avanços e os êxitos, o que tem de melhor no sistema de saúde”, conta. Outra incidência das políticas de comunicação sobre a saúde é em relação à internet. Segundo Rodrigo, os debates a respeito de acesso, limites à circulação de conteúdo e privacidade na internet tem grandes impactos sobre informações, pesquisas, ações de controle social e debates relacionados no SUS. Durante a 15ª Conferência Nacional de Saúde, em dezembro de 2015, os delegados participantes aprovaram uma moção que afirma o direito à comunicação como fundamental para consolidar a democracia. Nesse sentido, a luta pela democratização da comunicação tem grande papel na efetivação de direitos fundamentais, como o direito à terra e à saúde. 

## FNDC: 25 ANOS

Criado em 1991, o FNDC reúne um conjunto de movimentos e associações voltados para o debate sobre políticas democráticas de comunicação – são cerca de 70 entidades nacionais e 450 regionais. O fórum teve grande papel na mobilização para a I Conferência Nacional de Comunicação, em 2009. Possui também atuação local, por meio dos comitês estaduais. Atualmente, entre as entidades que compõem a Coordenação Executiva do fórum, estão o Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, o Intervozes (Coletivo Brasil de Comunicação Social), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).



*Com as novas tecnologias, crescem os coletivos de comunicação que produzem conteúdo e se projetam como atores sociais*

Ana Cláudia Peres

Quando o pequeno Eduardo de Jesus levou um tiro de fuzil na porta de casa, em abril do ano passado, durante operação da Polícia Militar no Morro do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro, o Coletivo Papo Reto chegou antes do Estado. Antes da Rede Globo. O grupo de mídia independente foi chamado pelos moradores. Eduardo usava um calção azul, estava sem camisa, havia sangue. Coube ao Papo Reto preservar a integridade do corpo e o local do crime e registrar em textos, fotos e vídeos o desespero, o protesto, a dor da comunidade, os gritos de dona Teresinha, a mãe do filho morto. Postados nas redes sociais, no site do coletivo e nos grupos de WhatsApp, esses relatos ganharam o mundo e foram utilizados como forma de pressão. Pela primeira vez em anos, no Complexo do Alemão, aconteceu a perícia de um assassinato.

O Papo Reto é apenas um entre dezenas de coletivos de comunicação independente que vêm lançando mão das ferramentas tecnológicas para produzir conteúdos informativos e disputar a narrativa com as mídias hegemônicas. Há pouco mais de dois meses, a Agência Pública — ela própria uma alternativa aos veículos tradicionais — lançou o Mapa do Jornalismo Independente, uma seleção de iniciativas que nasceram na rede, frutos de ações coletivas e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas. No levantamento original, constam 74 projetos. Mas o mapa é colaborativo e, a cada dia, são incluídos na plataforma outros canais sugeridos por leitores.

Ao navegar pelo Mapa, você descobre desde sites que fazem a verificação diária do discurso público (“Aos fatos”) até ativismo social (“Jornalistas Livres”); projetos que envolvem a

luta pela democratização da comunicação (“Barão de Itararé”) e outros voltados para a grande reportagem (“Brio”) ou que propõem novas abordagens para temas muitas vezes negligenciados pela grande imprensa (“Marco Zero Conteúdo”); algumas propostas mais livres e anárquicas (“Revista Bero”) e muitas comprometidas com a defesa intransigente dos direitos humanos (“A Ponte”) ou do Feminismo (“Think Olga”), afora aqueles que se dedicam à produção de conteúdo sobre cultura (“Nonada”), economia (“Draft”), direito (“Justificando”), meio ambiente (“O Eco”) ou futebol (“Puntero Izquierdo”). O mapa completo pode ser acessado aqui: <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/#>

Para o jornalista Esdras Marchezan, do “Repórter de Rua” — mais uma iniciativa mapeada pela Agência Pública —, esses formatos vêm ajudando a quebrar o monopólio da informação a que a sociedade estava acostumada. “A mídia corporativa perde espaço e entende que há outros discursos e vozes ganhando visibilidade, e tudo isso numa estratégia combativa ao modelo que ela criou e manteve até então”, diz, listando a internet e a crise de credibilidade dos veículos como os maiores responsáveis pelo *boom* dos independentes. “Por isso, entendo como necessário o crescimento desses canais, assim como também uma melhor regulação da mídia, de forma a oferecer oportunidades mais igualitárias às iniciativas de comunicação”, argumenta.

O Repórter de Rua, por exemplo, que nasceu na pequena Mossoró, no Rio Grande do Norte, investe nas reportagens em profundidade com a experimentação de narrativas para o web-jornalismo. As pautas giram em torno de histórias silenciadas, aquelas que há muito tempo vêm perdendo espaço na grande mídia. Pode ser um especial sobre vida e morte dos homens do garimpo ou uma reportagem de fôlego a partir dos trabalhadores dos fornos que produzem cal, uma realidade no interior

do estado. “Lançamos o especial na internet, e numa proposta transmídia, espalhamos o conteúdo em outras plataformas (TV, exposição fotográfica, cartazes e redes sociais)”, diz. A ideia, segundo Esdras, é que o público possa acompanhar as histórias onde quiser. Para ele, há sempre uma grande história a ser contada e sempre alguém querendo ser ouvido. “É atrás destas pessoas que o Repórter de Rua vai”, conclui.

## DO MORRO DO ALEMÃO

Do Nordeste para o Sudeste. Na outra ponta do mapa, o midialivrista Raull Santiago se define como “favelado convicto do Complexo do Alemão”. Ele é um dos integrantes do coletivo carioca Papo Reto, que usa a comunicação como ferramenta de busca e reafirmação de direitos para a favela. “No passado, gritávamos pela mídia para expor nossas pautas, hoje apontamos nossos celulares, fazemos o texto e subimos para uma, duas, cinco redes sociais ao mesmo tempo”, diz, acrescentando que a mídia nunca se interessou por nada de positivo que acontece na favela. “Só cobria violência e, pior, às vezes editava nossas falas de forma terrível”, relata. “Por conta disso, aprendemos a fazer, nos tornamos multimídias e agora, por muitas vezes, são os coletivos que pautam a grande imprensa. Eles ficam fissurados em nossas redes em busca de informações”.

Num dia tranquilo, o Papo Reto pode apresentar a potência do morro, por meio de programas como #RetratoFalado — que aborda histórias de pessoas da favela, o que fazem, por que fazem — ou #OTaldoAoVivo — com link online para debates sobre temas diversos; o mais recente reuniu DJs e MCs para uma conversa franca sobre o funk. Em tempos mais difíceis, fazem o que chamam de “comunicação de resistência”, acompanhando as situações de violência enfrentadas pela comunidade a partir do monitoramento em grupos online onde os moradores trocam informação entre si, como ocorreu na tarde da morte do garoto Eduardo. Um dos maiores parceiros do coletivo é a *Witness*, organização especializada em promover o uso de vídeo como ferramenta de defesa e promoção dos direitos humanos. “Com eles, temos aprendido técnicas para que possamos usar nossas fotografias e vídeos como prova judicial nas diversas violências institucionais cometidas pela PM do Estado”, diz o midialivrista.

No dia em que *Radis* entrevistou Raull, ele estava organizando, juntamente com o Voz da Comunidade — outro veículo de comunicação do Morro do Alemão, no Rio de Janeiro — uma ação no Facebook para debater a violência no território onde moram e atuam. “A favela é incrível e potente. Tem seus problemas e dias difíceis nas constantes operações policiais que se tornam verdadeiras guerras, mas isso não é nem metade do significado da favela. Por isso, usamos a comunicação independente”, acrescenta. “Quando fazemos coro ao Estado, que só nos olha através da mira do fuzil, e concordamos com a mídia que dá a notícia de que um traficante morreu, se fazendo de juiz ao julgar e condenar com a mão do Estado, estamos puxando o gatilho juntos”.

## “CORRESPONDENTES LOCAIS”

Outra iniciativa que também integra o Mapa de Jornalismo Independente é a Agência Mural de Jornalismo de Periferias, que nasceu em 2010, como um blog hospedado na *Folha de S. Paulo*, e transformou-se, em 2015, na primeira agência de notícias, de informação e de inteligência sobre as periferias de São Paulo. A ideia do projeto, de acordo com seus criadores, sempre foi a de contar as muitas histórias invisíveis que aconteciam nesses bairros e regiões distantes do centro de interesse econômico e político da maior cidade do país. Com o compromisso de publicar uma história por dia, o objetivo era também fazer um jornalismo que

refletisse a visão de quem mora nesses bairros. Assim surgiram os “correspondentes locais”, para brincar com os “correspondentes estrangeiros”, conceito corriqueiro na grande imprensa.

Hoje, o correspondente de Guaianases, Lucas Veloso, de apenas 21 anos, está entre os finalistas de um concurso internacional promovido pela plataforma *Climate Journalism*, concorrendo com a reportagem “Gasto seis horas no transporte público, todo dia: o desafio da mobilidade na periferia de SP”, publicado na Agência Mural. Para Izabela Moi, jornalista e co-fundadora do projeto, a revolução promovida pelo desenvolvimento acelerado das Tecnologias da Informação (TICs) vem mudando a face das sociedades e também dos sistemas econômicos e políticos. Na opinião de Izabela, são os modelos de negócio das grandes empresas de mídia que estão se tornando obsoletos e não propriamente o jornalismo. “Eu tenho cada vez mais certeza de que precisamos de mais profissionais qualificados fazendo o trabalho de separar o joio do trigo”, reflete, valorizando o mar de vozes que hoje ocupam a blogosfera. “Ele eleva a barra sobre a qual queremos navegar. Ele aumenta o nosso ‘mínimo multiplicador comum’ de informações, de diversidades. Ele acrescenta informação e talvez educação para uma sociedade”. No entanto, a jornalista pondera: “Só sobrevivem como iniciativas aquelas que têm a missão muito clara e que não se dissolvem no mar de oportunidades, de parcerias e projetos múltiplos. A voz que se ouve, acima do barulho, é sempre a voz da integridade no longo prazo”.

## QUEM FINANCIARÁ?

O estudioso e pesquisador do campo da comunicação Gustavo Barreto considera que a crise enfrentada não é apenas econômica mas também de valores. “A imprensa hegemônica não consegue mais defender o discurso da imparcialidade, que nunca existiu, sem tropeçar nas atentas redes sociais, observadoras poderosas desse tipo de hipocrisia”, diz, acrescentando que as pessoas estão migrando para esses outros veículos em busca de informações que não passam pelo filtro do jornalismo tradicional. Apesar de alertar para problemas gerados pelo excesso de informação que circula nas redes, como a proliferação de boatos, Gustavo considera o aumento de veículos alternativos uma “vitória incontestável” da comunicação popular.

“O lado bom das redes é que, agora, os próprios autores e comunicadores falam sem filtros. O lado desafiador é que, ao mesmo tempo, projetos de comunicação de qualidade, que se pretendam efetivamente populares, custam algum dinheiro, mesmo que tenha sido dispensada a maquinaria dos séculos passados”, reconhece Gustavo para quem o financiamento da comunicação popular deveria ser uma política de Estado. Segundo ele, a questão que permanece é: Quem financiará a boa comunicação? “Ao meu ver, a única saída é por meio de políticas públicas abrangentes, que pensem a comunicação como um direito das comunidades e da população em geral”, sugere.

Como jornalista, Gustavo também exercita esses formatos alternativos — ainda bem antes da Mídia Ninja (que também está no Mapa da Pública) usar o *streaming* para transmissões ao vivo nos protestos de junho de 2013, o que acabou se configurando como um marco dessa outra comunicação possível. O jornalista participou do Núcleo Piratininga de Comunicação — referência em comunicação popular — e coordenou a revista *Consciencia.net*. Para ele, a única forma de manter viva a esperança de uma imprensa efetivamente popular e contra-hegemônica é repensar os caminhos desses projetos que estão surgindo a todo vapor. “Eles são uma formidável luz no fim do túnel no qual devemos continuar acreditando, apesar do cenário atual não ser favorável”, finaliza.



# Uma TV para o SUS

*Canal Saúde chega à TV Digital e amplia o acesso à programação sobre saúde*



FOTO: MATHEUS MAGALHÃES / CANAL SAÚDE



FOTO: MAURICIO MAIA / CANAL SAÚDE

Liseane Morosini

O Canal Saúde chegou à TV digital aberta, ampliando sua base de telespectadores e possibilitando que, futuramente, sua programação seja também transmitida em alta definição [HD]. Além disso, a entrada permite maior interatividade e a possibilidade de que os programas sejam assistidos em plataformas móveis, como minitelevisores, *tablets* e celulares que recebam o sinal da TV Digital, destaca Marcia Castro, gerente da emissora. Ela lembra que a mudança também permitirá ao telespectador maior mobilidade, garantindo que este possa assistir aos programas quando, por exemplo, estiver em um transporte coletivo, o que promoverá uma maior proximidade com a emissora.

Com a mudança, operada a partir de dezembro de 2015, a programação passou a ser exibida para um público mais amplo do que aquele já sensibilizado para as questões de Saúde, que recebe em sua tela uma imagem sem fantasma e chuviscos e um som de melhor qualidade. Desde então, os programas estão disponíveis nos canais 2.4 (em Brasília e no Rio de Janeiro) e 3.4 (em São Paulo). Marcia prevê que em dois anos, após o fim do processo de transição obrigatória da TV analógica para o sistema

digital, a transmissão do Canal Saúde vai chegar a todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. “É uma conquista importante para o Canal, para a Fiocruz e para o movimento da Saúde. E mostra que todo o investimento feito em mais de duas décadas não foi em vão”, disse à Radis.

Ela informou que o Canal Saúde foi incluído na programação da TV aberta digital por meio de um acordo interministerial, assinado em setembro de 2015, para a implantação dos canais públicos no Sistema Brasileiro de TV Digital, que inclui, ainda, canais exclusivos para a Educação, o Poder Executivo e a Cultura. O custo de um projeto como esse é caro, revela Marcia, e a implantação de uma estrutura dedicada em cada cidade pode chegar a aproximadamente R\$ 2,5 milhões. “Não teríamos como bancar esse valor sozinhos”, diz ela. Segundo Marcia, o Canal Saúde aproveitou a infraestrutura existente da Empresa Brasileira de Comunicações (EBC) no Rio, São Paulo e Brasília. “O Canal Saúde estava pronto. A intenção do Ministério das Comunicações era ocupar de imediato esse espectro livre [*faixa de radiofrequência*]. Pesou também o fato de ser um projeto muito caro: quanto mais entidades pudessem ratear o custo, melhor”, o que foi feito com a veiculação da TV Escola, da NBR e de um futuro canal para a área da cultura nas outras três faixas da multiprogramação.

## NA TV BRASIL

Para quem está em casa, diante da TV, a notícia também é animadora. Segundo Marcia, qualquer aparelho, moderno ou mais antigo, recebe o sinal da TV Digital Aberta de duas formas: por um conversor digital externo e uma antena UHF acoplados à televisão, ou por um conversor



digital embutido no aparelho. Para sintonizar o Canal Saúde, basta desligar a TV a cabo para que a TV Digital (ou o conversor) receba o sinal da TV aberta. E o motivo é simples, diz Marcia: o sinal da TV a cabo é codificado para permitir também a venda de um pacote de canais pagos a partir de um plano contratado. “O sinal chega aos aparelhos por meio de um cabo ou uma antena de cada operadora. É por isso que decodificador desse tipo de TV não pode estar ligado para ver o Canal Saúde na programação da TV digital aberta”, informa.

Depois disso, basta sintonizar na TV Brasil e procurar a quarta faixa de sua programação [veja no box]. “É só sentar no sofá e sintonizar o canal”, diz a gerente. Para quem não fez a conversão, Marcia alerta que as cidades estão gradualmente desligando o sinal analógico e transmitindo apenas o sinal digital. Caso não tenha uma TV Digital, ela recomenda que o telespectador faça a conversão de seu aparelho para receber o sinal digital.

## OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Criado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em 1994, o Canal Saúde vem dando passos para a consolidação de sua programação e aproximação com o público. Rodrigo Murtinho, vice-diretor de Informação e Comunicação, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), sinaliza que a entrada do Canal Saúde na TV aberta vai ampliar a pluralidade e a diversidade de vozes no debate público sobre saúde. “Agora vamos também contribuir de forma mais direta, juntamente com os demais canais públicos, para modificar o panorama da televisão aberta brasileira, caracterizado pelo discurso único do monopólio privado”, sinalizou.


Marcia diz que a ocupação desse espaço na TV digital é o resultado positivo de uma luta e apresenta grandes desafios, especialmente no campo da democratização da comunicação. Para ela, nesse novo contexto é importante entender que o Canal Saúde é um canal do SUS. “É fundamental entender o SUS como política de Estado e não de governo. O mesmo vale para a comunicação pública, que deve ser política de Estado. É nessa seara que o Canal Saúde se insere e é aí que está o papel dele e a importância da sua programação chegar a cada vez mais brasileiros”, comenta.

Mesmo comemorando, ela diz que a conquista do Canal mostra que o campo da saúde tem dificuldade para perceber a comunicação como elemento estratégico. “O movimento da saúde é muito bem-sucedido, mais até do que outros, mas tende a ver a comunicação como divulgação e propaganda”, reflete. Para ela, esse é um tema negligenciado pelo setor.

“Eu entendo que a Saúde tem milhões de temas para tratar”, afirma. Segundo ela, na época em que começaram os debates sobre TV Digital, o Canal Saúde era o mais estruturado e, em 2006, no lançamento do edital da TV Digital, o Canal Saúde já tinha mais de 10 anos. “A ausência de um canal da saúde hoje nas TVs de acesso condicionado [a cabo] ou de um canal explicitamente de saúde no decreto do edital que criou a TV Digital, é um retrato da forma pouco estratégica como a comunicação vem sendo tratada”, pondera.

## BRECHAS E LACUNAS

Como passou a compor o sinal da TV Brasil, o Canal Saúde pleiteia que as TVs por assinatura transmitam também a sua programação. Marcia entende que a inexistência de uma política de comunicação no Brasil leva a distorções como a que coloca, agora, a emissora em um limbo jurídico, já que a multiprogramação não está prevista em nenhuma legislação. “As TVs de acesso condicionado [pago] não se sentem na obrigação de transmitir certos canais presentes na multiprogramação. Mas a lei também não diz que não se deve transmiti-la”, afirma, mostrando a lacuna da legislação. A jornalista argumenta que a lei determina que a TV por assinatura tem que transmitir canais da TV aberta, entre eles, a TV Brasil. “Elas têm a obrigação de carregar o Canal Saúde em sua grade. Se esse canal tem quatro programações, fica claro que todas elas devem ser transmitidas”, opina.

Brechas e lacunas existentes na legislação de comunicação, regulada por uma lei que data de 1962, e com alguns decretos recentes, mas que não atendem às inovações e ao progresso tecnológico, são apontados por Marcia como exemplos da desarticulação existente no setor. Ela entende que devido ao tempo, à superação tecnológica e à entrada da TV digital no Brasil em 2014, o país deveria ter elaborado uma nova lei que regulasse seu sistema de comunicação. O principal entrave, explica, está no “lobby gigantesco da iniciativa privada” contrário a toda e qualquer iniciativa de regulamentação no campo da Comunicação. 



## Como sintonizar o canalSAÚDE



### TV ABERTA (analógica e digital)

O Canal Saúde também faz parte da multiprogramação da TV Brasil: no Rio de Janeiro e Brasília (canal 2.4), em São Paulo (canal 3.4). A programação também é veiculada por emissoras parceiras para todo o Brasil. Confira a relação em <http://www.canal.fiocruz.br/como-assistir/>.



Para sintonizar uma antena parabólica com recepção digital, verifique se o seu receptor já tem o Canal Saúde adicionado. Caso contrário, acesse <http://www.canal.fiocruz.br/como-assistir/> e siga o passo a passo da configuração.



### INTERNET

Para ter acesso à programação, acesse o link Web Tv (<http://www.canal.fiocruz.br/aovivo/index.php>).



### OI TV

Se você faz parte do Conselho de Saúde da sua cidade pode assistir ao Canal Saúde gratuitamente pela OI TV sintonizando o canal 910.

## PUBLICAÇÕES

## Planejamento e gestão

O volume 39 da revista *Saúde em Debate*, editada pelo Centro de Estudos de Saúde (Cebras) é uma edição especial sobre a produção acadêmica no campo da política, planejamento e gestão. Sob a coordenação das pesquisadoras Vera Lucia Luiza e Luciana Dias de Lima, o suplemento reúne artigos originais, ensaios e revisões procedentes de dissertações e teses produzidas em 12 diferentes programas de pós-graduação acadêmicos no país, que trazem contribuições para a compreensão e o enfrentamento dos problemas vividos no SUS e propõem alternativas para melhoria dos sistemas e serviços e para a consolidação da saúde como um direito de todos os cidadãos.



## A verdade em Foucault



A historiadora Priscila Piazzentini Vieira investiga em *A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault* (Editora Intermeios/Fapesp) as consequências da mudança no conceito de verdade na obra do filósofo francês entre as décadas de 1970 e 1980. Resultado da revisão de sua tese de doutorado, a obra avalia, a partir do estudo de suas aulas no College de France e de entrevistas publicadas, como Foucault deslocou, nos anos 1980, seu foco da modernidade para a antiguidade, reconhecendo nos filósofos gregos uma relação diferente com a verdade, que era a expectativa de coerência entre o pensamento, a palavra e a ação. "O conhecimento pressupunha a transformação da própria vida", explicou a pesquisadora.

## Portas abertas

"Saio do armário no meu próprio livro", definiu Salvador Correa no lançamento de *O Segundo Armário: diário de um jovem soropositivo* (Autografia Editora). Coordenador executivo da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), ele conta sobre a experiência de assumir o HIV, após ter publicado, em 2014, uma versão preliminar onde narrava sua história sob o pseudônimo de Gabriel de Souza Abreu. Dois anos depois, o psicólogo e ativista decidiu revelar-se soropositivo ao receber inúmeras manifestações de gratidão de leitores. A narrativa aproxima o leitor de uma perspectiva mais humana do HIV, envolvendo desde o combate ao preconceito até o acolhimento, relacionamentos afetivos e outras facetas emocionais e sociais.



## Hipertensão cotidiana



Em mais um livro da série Antropologia e saúde, *"Pressão alta" no Cotidiano: representações e experiências*, da assistente social Ana Maria Canesqui, abre espaço para ouvir os "adoecidos" de pressão arterial sistêmica, que atingia em 2009, quase 26 milhões de adultos com mais de 18 anos no Brasil, apresentando um rico trabalho sobre as representações eruditas e populares sobre o problema, e articulando-as à experiência com a enfermidade e seus tratamentos. Uma contribuição para tornar mais ampla a compreensão do processo saúde-doença-cuidado que extrapola as intervenções técnicas, afastadas do cotidiano de quem as vive.

## EVENTOS

## 6º Seminário Direitos, Violência e Pobreza



O evento, promovido pelo Programa de Estudos de América Latina e Caribe (Proealc) do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), vai tratar de direitos humanos e temas correlatos como a criminalização da questão social na América Latina, políticas públicas e cidadania, violência e políticas sociais de proteção às crianças e adolescentes, o papel do Estado e da sociedade civil na garantia de direitos, educação e direito à cidade.

**Data** 19 a 21 de outubro

**Local** Rio de Janeiro

**Info** [www.proealc.uerj.br/seminariovi/index.html](http://www.proealc.uerj.br/seminariovi/index.html)

## 12º Encontro Nacional de Economia da Saúde



Aberto a economistas, cientistas sociais, sanitaristas, gestores e pesquisadores das temáticas financiamento, financeirização, recursos humanos, dentre outras, o evento, promovido Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES), tem como tema "Crise: Como financiar o SUS?", e foi dividido em eixos: gestão em saúde; avaliação econômica; equidade e desigualdade; Estado, mercado e regulação; financiamento e gastos em Saúde; e aspectos gerais da economia da saúde.

**Data** 24 a 26 de agosto

**Local** Salvador

**Info** <http://abresbrasil.org.br/>



DIVULGAÇÃO

A atriz Glória Pires interpreta Nise da Silveira no cinema

## Nise: uma pioneira brasileira para iluminar tempos obscuros

Rosana Onocko-Campos\*

Poucas vezes um filme nos ajuda a resgatar algum personagem tão necessário à conjuntura. Nos tempos sombrios em que vivemos, “Nise - O coração da loucura” (do diretor Roberto Berliner, lançado nacionalmente em abril) destaca a figura de uma das primeiras médicas brasileiras, Nise da Silveira.

O filme recorta uma parte relevante de sua biografia, mas não a esgota. Nise foi pioneira ao se formar médica na Universidade Federal da Bahia, na qual ingressou como única mulher entre 157 homens, com apenas 16 anos de idade. Se formou em 1926, com uma tese sobre a criminalidade da mulher no Brasil. Em 1932, como médica residente, foi morar no Hospício Nacional de Alienados, na Praia Vermelha. Em 1936, foi presa sob acusação de ter leituras comunistas em seu quarto do hospital. Ficou presa pouco mais de um ano e, na prisão, fez amizade com Graciliano Ramos.


Ficou afastada e viveu quase em clandestinidade até 1944, quando foi readmitida no Engenho do Dentro. Foi lá que ela foi apresentada aos “novos” métodos de tratamento: lobotomia, coma insulínico e electroconvulsoterapia. Nise se negou a praticá-los e iniciou em um pequeno quarto a terapia ocupacional. Nise da Silveira foi pioneira no tratamento de pacientes asilados com graves transtornos mentais por meio da arte em suas variadas formas. Fez isso no Rio de Janeiro, no início do século 20, antes dos movimentos antimanicomiais internacionais — por exemplo, de Laing e Basaglia.

Nise buscou seus primeiros pacientes entre aqueles considerados intratáveis pelo sistema asilar e os pôs no centro de suas preocupações. Tinha uma atenção e um respeito imenso por cada uma daquelas vidas. Utilizou seus contatos pessoais com o mundo da crítica artística para tirar do silenciamento esses novos pintores e escultores. Levou suas pinturas ao outro lado do Atlântico, conseguiu interessar o próprio Jung em

suas pesquisas sobre as relações entre arte e inconsciente. Os auxiliares eram pessoas com instrução fundamental e Nise se encarregou de sua formação.

Em 1952, criou o Museu de Imagens do Inconsciente, para transformar em um centro de estudo e pesquisa o trabalho de artes que já a motivavam intensamente. A colaboração com artistas foi fundamental para todo o desenvolvimento posterior<sup>1</sup>. Atuava em várias frentes: no Museu de Imagens do Inconsciente; na Casa das Palmeiras (espécie de prenúncio dos Centros de Atenção Psicossocial) e no grupo de estudos de Jung que fundou.

Faltou à Nise interpretada no filme por Glória Pires a fragilidade comovente da Nise verdadeira, que vemos só no trecho de documentário final e que ressalta ainda mais sua força, sua fibra e seu brilhante humor. Os que a conheceram dizem que era uma pessoa que causava vivo impacto. Sabia ser acolhedora e hospitaleira, vivia rodeada de gatos. E acreditava que estes adivinhavam a personalidade das pessoas — detestava pessoas avessas aos animais. Viveu muito modestamente e sempre se definiu como uma servidora pública.

Enfrentou um contexto duro, impiedoso. Enfrentou a dureza da cientificidade machista que desprezava seus achados e que continuava a prescrever ETC e lobotomias. Perdeu alguns pacientes queridos. Perdeu algumas batalhas. Mas nunca desistiu. Morreu em 30 de outubro de 1999. Rebelde, do jeito que era. É esse aspecto da Nise que gostaria de destacar como figura exemplar e luminosa nestes tempos sombrios, para servir de exemplo e motor aos jovens interessados na Saúde Mental. 

\* Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas e supervisora dos Programas de Aprimoramento em Saúde Mental e em Planejamento e administração de serviços de saúde

1. Dados extraídos da apresentação do livro *Nise da Silveira: caminhos de uma psiquiatra rebelde*, de Luiz Carlos Mello.

# Ficou mais fácil assistir ao Canal Saúde Ele chegou à TV aberta

**Canal 2.4**  
**Rio e Brasília**

**Canal 3.4**  
**São Paulo**



## A novidade continua com estreias na programação

Confira o programa Em Pauta na Saúde, inédito toda segunda, às 13h, e as faixas temáticas ainda mais diversificadas

Assista todos os dias, de 8h a meia-noite, o seu canal da Saúde

[www.canalsaude.fiocruz.br](http://www.canalsaude.fiocruz.br)

[twitter.com/canalsaude](https://twitter.com/canalsaude)

[facebook.com/canalsaudeoficial](https://facebook.com/canalsaudeoficial)

[canal@fiocruz.br](mailto:canal@fiocruz.br)

SAT: 0800 701 8122